

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

Dfs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020	7
--------------------------------	---

DMPL - 23/05/2019 à 31/12/2019	8
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Dfs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	11
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	13
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	14
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	15
--------------------------------	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020	17
--------------------------------	----

DMPL - 23/05/2019 à 31/12/2019	18
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	19
----------------------------------	----

Relatório da Administração/comentário do Desempenho	20
---	----

Notas Explicativas	26
--------------------	----

Pareceres E Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	71
--	----

Parecer ou Relatório Resumido, se Houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou Não)	74
---	----

Declaração Dos Diretores Sobre as Demonstrações Financeiras	76
---	----

Declaração Dos Diretores Sobre O Relatório do Auditor Independente	77
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2020
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	236.197.769
Preferenciais	0
Total	236.197.769
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dfs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019
1	Ativo Total	1.219.601.700	1.106.027.024
1.01	Ativo Circulante	45.792.889	72.558.291
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	223.606	8.239.015
1.01.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	223.606	8.239.015
1.01.03	Contas a Receber	40.511.785	60.775.000
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	40.511.785	60.775.000
1.01.03.02.01	JSCP a receber	40.511.785	60.775.000
1.01.06	Tributos a Recuperar	4.988.871	3.154.651
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	4.988.871	3.154.651
1.01.06.01.01	Impostos a recuperar	4.988.871	3.154.651
1.01.07	Despesas Antecipadas	68.627	389.625
1.01.07.01	Despesas pagas antecipadamente e outros créditos	68.627	389.625
1.02	Ativo Não Circulante	1.173.808.811	1.033.468.733
1.02.02	Investimentos	1.173.808.811	1.033.468.733
1.02.02.01	Participações Societárias	1.173.808.811	1.033.468.733
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	1.173.808.811	1.033.468.733

Dfs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019
2	Passivo Total	1.219.601.700	1.106.027.024
2.01	Passivo Circulante	48.125.887	16.302.688
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	205.769	309.152
2.01.01.01	Obrigações Sociais	30.013	87.781
2.01.01.01.01	INSS e FGTS	30.013	87.781
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	175.756	221.371
2.01.01.02.02	Obrigações trabalhistas	175.756	221.371
2.01.03	Obrigações Fiscais	12.477.975	7.601.288
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	12.477.975	7.601.288
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	0	2.731.180
2.01.03.01.02	Pis e Cofins a pagar	9.825.568	1
2.01.03.01.04	Outras obrigações federais a pagar	2.652.407	4.870.107
2.01.05	Outras Obrigações	35.442.143	8.392.248
2.01.05.02	Outros	35.442.143	8.392.248
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	34.834.656	8.124.006
2.01.05.02.08	Outras obrigações	607.487	268.242
2.03	Patrimônio Líquido	1.171.475.813	1.089.724.336
2.03.01	Capital Social Realizado	1.105.381.209	1.052.340.082
2.03.01.01	Capital Social	1.105.381.209	1.105.381.209
2.03.01.02	(-) Custo de emissão de ações	0	-53.041.127
2.03.02	Reservas de Capital	-53.041.127	0
2.03.02.07	(-) Custo de emissão de ações	-53.041.127	0
2.03.04	Reservas de Lucros	119.135.731	37.384.254
2.03.04.01	Reserva Legal	9.977.974	2.644.369
2.03.04.02	Reserva Estatutária	109.157.757	7.300.885
2.03.04.10	Reserva de Lucros	0	27.439.000

Dfs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 23/05/2019 à 31/12/2019
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	145.931.997	268.264.578
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-13.043.298	-1.164.315
3.04.02.01	Gerais e administrativas	-13.043.298	-1.164.315
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	635.217	0
3.04.04.01	Outras receitas operacionais	635.217	0
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	158.340.078	269.428.893
3.04.06.01	Resultado de equivalência patrimonial	158.340.078	269.428.893
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	145.931.997	268.264.578
3.06	Resultado Financeiro	-1.509.067	10.549
3.06.01	Receitas Financeiras	91.752	11.792
3.06.01.01	Receitas financeiras	91.752	11.792
3.06.02	Despesas Financeiras	-1.600.819	-1.243
3.06.02.01	Despesas financeiras	-1.600.819	-1.243
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	144.422.930	268.275.127
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	2.249.179	-10.303.791
3.08.01	Corrente	2.249.179	-10.303.791
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	146.672.109	257.971.336
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	146.672.109	257.971.336
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,62097	0,80318

Dfs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 23/05/2019 à 31/12/2019
4.01	Lucro Líquido do Período	146.672.109	257.971.336
4.03	Resultado Abrangente do Período	146.672.109	257.971.336

Dfs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 23/05/2019 à 31/12/2019
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-8.015.619	-534.935
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-13.974.209	-1.153.766
6.01.01.01	Lucro líquido (prejuízo) do exercício	146.672.109	257.971.336
6.01.01.05	Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	-2.249.179	10.303.791
6.01.01.08	Resultado de equivalência patrimonial	-158.340.078	-269.428.893
6.01.01.12	Atualização monetária depósitos judiciais e impostos a recuperar	-57.061	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	5.958.590	618.831
6.01.02.04	Impostos a recuperar	0	-2.262
6.01.02.06	Outros créditos	320.997	-389.624
6.01.02.08	Obrigações trabalhistas e previdenciárias	-103.383	309.152
6.01.02.09	Obrigações tributárias	5.401.732	433.323
6.01.02.13	Outras obrigações	339.244	268.242
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	35.563.216	-394.657.314
6.02.06	Aporte de capital em controladas	0	-394.657.314
6.02.08	Juros sobre capital próprio recebidos	35.563.216	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-35.563.006	403.430.761
6.03.01	Aumento de capital	0	453.471.888
6.03.02	Dividendos recebidos	0	5.942.328
6.03.03	Dividendos pagos	0	-2.942.328
6.03.08	(-) Custo emissão de ações	0	-53.041.127
6.03.09	Juros sobre capital próprio pagos	-35.563.006	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-8.015.409	8.238.512
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	8.239.015	503
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	223.606	8.239.015

Dfs Individuais / Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.105.381.209	-53.041.127	37.384.253	0	0	1.089.724.335
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.105.381.209	-53.041.127	37.384.253	0	0	1.089.724.335
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-27.439.000	-25.000.000	0	-52.439.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	-27.439.000	-25.000.000	0	-52.439.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	134.190.478	0	134.190.478
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	146.672.109	0	146.672.109
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-12.481.631	0	-12.481.631
5.05.02.07	Dividendos distribuídos	0	0	0	-12.481.631	0	-12.481.631
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	109.190.478	-109.190.478	0	0
5.06.05	Constituição de reserva leval	0	0	7.333.606	-7.333.606	0	0
5.06.06	Constituição de reserva estatutária	0	0	101.856.872	-101.856.872	0	0
5.07	Saldos Finais	1.105.381.209	-53.041.127	119.135.731	0	0	1.171.475.813

Dfs Individuais / Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 23/05/2019 à 31/12/2019**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.04	Transações de Capital com os Sócios	1.052.340.082	0	0	0	0	1.052.340.082
5.04.01	Aumentos de Capital	453.472.391	0	0	0	0	453.472.391
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações	-53.041.127	0	0	0	0	-53.041.127
5.04.08	Aporte de capital Cesão de quotas das controladas	651.908.818	0	0	0	0	651.908.818
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	37.384.254	0	37.384.254
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	257.971.336	0	257.971.336
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-220.587.082	0	-220.587.082
5.05.02.06	Lucros não realizados	0	0	0	-205.083.964	0	-205.083.964
5.05.02.07	Dividendos distribuídos	0	0	0	-2.942.328	0	-2.942.328
5.05.02.08	Juros sobre capital próprio	0	0	0	-12.560.790	0	-12.560.790
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	37.384.254	-37.384.254	0	0
5.06.05	Constituição de reserva legal	0	0	2.644.369	-2.644.369	0	0
5.06.06	Constituição de reserva estatutária	0	0	7.300.885	-7.300.885	0	0
5.06.07	Dividendo adicional de Juros sobre capital	0	0	27.439.000	-27.439.000	0	0
5.07	Saldos Finais	1.052.340.082	0	37.384.254	0	0	1.089.724.336

Dfs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 23/05/2019 à 31/12/2019
7.01	Receitas	699.965	0
7.01.02	Outras Receitas	699.965	0
7.01.02.01	Outras receitas	699.965	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-2.539.058	-202.517
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-2.539.058	-202.517
7.03	Valor Adicionado Bruto	-1.839.093	-202.517
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-1.839.093	-202.517
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	158.431.830	269.440.684
7.06.02	Receitas Financeiras	91.752	11.791
7.06.03	Outros	158.340.078	269.428.893
7.06.03.01	Participação nos lucros de controladas/coligadas	158.340.078	269.428.893
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	156.592.737	269.238.167
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	156.592.737	269.238.167
7.08.01	Pessoal	1.727.760	790.000
7.08.01.01	Remuneração Direta	1.727.760	790.000
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	8.191.101	10.476.241
7.08.02.01	Federais	8.191.101	10.476.241
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.767	590
7.08.03.01	Juros	1.767	590
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	146.672.109	257.971.336
7.08.04.02	Dividendos	37.481.631	42.942.118
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	109.190.478	215.029.218

Dfs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019
1	Ativo Total	2.140.696.717	1.879.528.915
1.01	Ativo Circulante	1.422.265.637	1.319.174.913
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	492.609.413	435.844.350
1.01.01.01	Caixas e equivalentes de caixa	492.609.413	435.844.350
1.01.02	Aplicações Financeiras	44.435.391	0
1.01.02.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	44.435.391	0
1.01.03	Contas a Receber	410.262.580	425.833.395
1.01.03.01	Clientes	410.262.580	425.833.395
1.01.03.01.01	Contas a receber	410.262.580	425.833.395
1.01.04	Estoques	365.184.367	348.034.168
1.01.04.01	Estoques	365.184.367	348.034.168
1.01.06	Tributos a Recuperar	94.745.111	95.247.370
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	94.745.111	95.247.370
1.01.06.01.01	Impostos a recuperar	94.745.111	95.247.370
1.01.07	Despesas Antecipadas	3.261.917	7.419.394
1.01.07.01	Despesas pagas antecipadamente e outros créditos	3.261.917	7.419.394
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	11.766.858	6.796.236
1.01.08.03	Outros	11.766.858	6.796.236
1.01.08.03.01	Instrumentos derivativos ativo	11.766.858	6.796.236
1.02	Ativo Não Circulante	718.431.080	560.354.002
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	368.543.151	239.188.482
1.02.01.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	164.876.034	0
1.02.01.07	Tributos Diferidos	67.831.245	54.199.953
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	67.831.245	54.199.953
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	135.835.872	184.988.529
1.02.01.10.03	Depósitos judiciais	13.456.975	13.679.969
1.02.01.10.04	Instrumentos derivativos ativo LP	0	2.714.703
1.02.01.10.05	Impostos a recuperar LP	122.378.897	168.343.857
1.02.01.10.06	Despesas pagas antecipadamente e outros créditos	0	250.000
1.02.03	Imobilizado	340.757.353	311.422.998
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	340.757.353	311.422.998
1.02.03.01.01	Imobilizado	340.757.353	311.422.998
1.02.04	Intangível	9.130.576	9.742.522
1.02.04.01	Intangíveis	9.130.576	9.742.522
1.02.04.01.02	Intangível	9.130.576	9.742.522

Dfs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019
2	Passivo Total	2.140.696.717	1.879.528.915
2.01	Passivo Circulante	589.042.911	458.812.991
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	49.922.054	65.174.613
2.01.01.01	Obrigações Sociais	8.013.246	9.700.159
2.01.01.01.01	INSS e FGTS	8.013.246	9.700.159
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	41.908.808	55.474.454
2.01.01.02.01	Provisão de férias e 13º salário	15.542.452	16.638.045
2.01.01.02.02	Obrigações trabalhistas	26.366.356	38.836.409
2.01.02	Fornecedores	53.198.184	36.421.391
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	42.368.601	21.460.031
2.01.02.01.01	Nacionais	42.368.601	21.460.031
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	10.829.583	14.961.360
2.01.02.02.01	Estrangeiros	10.829.583	14.961.360
2.01.03	Obrigações Fiscais	92.176.908	86.777.748
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	56.494.034	52.150.238
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	6.191.095	662.668
2.01.03.01.02	Pis e Cofins a pagar	24.128.236	15.918.967
2.01.03.01.03	IPi a pagar	20.247.335	19.930.349
2.01.03.01.04	Outras obrigações federais a pagar	5.927.368	15.638.254
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	35.390.809	34.530.473
2.01.03.02.01	ICMS a pagar	33.850.317	33.697.498
2.01.03.02.03	Outras obrigações estaduais a pagar	1.540.492	832.975
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	292.065	97.037
2.01.03.03.01	ISS a pagar	292.065	97.037
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	277.820.621	190.934.035
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	277.820.621	190.934.035
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	162.584.617	90.522.565
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	115.236.004	100.411.470
2.01.05	Outras Obrigações	115.925.144	79.505.204
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	0	87.910
2.01.05.01.01	Débitos com Coligadas	0	87.910
2.01.05.02	Outros	115.925.144	79.417.294
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	34.834.656	8.124.006
2.01.05.02.04	Arrendamentos a pagar	10.434.981	14.855.732
2.01.05.02.05	Arrendamentos de direito de uso a pagar	39.887.299	24.118.716
2.01.05.02.07	Parcelamento de tributos	327.086	457.071
2.01.05.02.08	Outras obrigações	30.441.122	31.861.769
2.02	Passivo Não Circulante	380.177.993	330.991.588
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	112.500.000	79.419.832
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	112.500.000	79.419.832
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	12.500.000	65.166.667
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	100.000.000	14.253.165
2.02.02	Outras Obrigações	243.041.631	236.337.959
2.02.02.02	Outros	243.041.631	236.337.959
2.02.02.02.04	Arrendamentos de direito de uso a pagar LP	235.273.464	225.280.788
2.02.02.02.07	Parcelamento de tributos LP	814.541	1.864.545

Dfs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019
2.02.02.02.09	Obrigações Trabalhistas LP	6.953.626	9.192.626
2.02.04	Provisões	24.636.362	15.233.797
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	24.636.362	15.233.797
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	15.180.775	9.652.749
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	7.770.757	3.926.207
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	1.684.830	1.654.841
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	1.171.475.813	1.089.724.336
2.03.01	Capital Social Realizado	1.105.381.209	1.052.340.082
2.03.01.01	Capital social	1.105.381.209	1.105.381.209
2.03.01.02	(-) Custo de emissão de ações	0	-53.041.127
2.03.02	Reservas de Capital	-53.041.127	0
2.03.02.07	(-) Custo de emissão de ações	-53.041.127	0
2.03.04	Reservas de Lucros	119.135.731	37.384.254
2.03.04.01	Reserva Legal	9.977.974	2.644.369
2.03.04.02	Reserva Estatutária	109.157.757	7.300.885
2.03.04.10	Reserva de Lucros	0	27.439.000

Dfs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 23/05/2019 à 31/12/2019
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.047.547.041	749.666.952
3.01.01	Receita líquida de vendas de mercadorias e serviços prestados	1.047.547.041	749.666.952
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-330.063.751	-215.869.110
3.02.01	custos das mercadorias vendidas e dos serviços prestados	-330.063.751	-215.869.110
3.03	Resultado Bruto	717.483.290	533.797.842
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-512.404.654	-240.875.303
3.04.01	Despesas com Vendas	-365.295.739	-224.147.606
3.04.01.01	Com vendas	-365.295.739	-224.147.606
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-153.676.390	-121.398.384
3.04.02.01	Gerais e administrativas	-153.676.390	-121.398.384
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	6.692.785	104.838.499
3.04.04.01	Outras receitas operacionais	6.692.785	104.838.499
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-125.310	-79.365
3.04.05.01	Outras despesas operacionais	-125.310	-79.365
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	0	-88.447
3.04.06.01	Resultado de equivalência patrimonial	0	-88.447
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	205.078.636	292.922.539
3.06	Resultado Financeiro	-41.541.899	24.320.195
3.06.01	Receitas Financeiras	23.632.100	64.709.275
3.06.01.01	Receitas financeiras	23.632.100	64.709.275
3.06.02	Despesas Financeiras	-65.173.999	-40.389.080
3.06.02.01	Despesas financeiras	-65.173.999	-40.389.080
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	163.536.737	317.242.734
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-16.864.628	-59.271.398
3.08.01	Corrente	-17.625.502	-60.151.083
3.08.02	Diferido	760.874	879.685
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	146.672.109	257.971.336
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	146.672.109	257.971.336
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	146.672.109	257.971.336
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,62097	0,80318

Dfs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 23/05/2019 à 31/12/2019
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	146.672.109	257.971.336
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	146.672.109	257.971.336
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	146.672.109	257.971.336

Dfs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 23/05/2019 à 31/12/2019
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	252.093.016	65.509.825
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	246.293.588	212.444.963
6.01.01.01	Lucro líquido (prejuízo) do exercício	146.672.109	257.971.336
6.01.01.02	Depreciação e amortização	58.272.745	29.133.375
6.01.01.03	Encargos e cariação cambial sobre empréstimos e financiamentos	20.154.518	11.973.358
6.01.01.04	Encargos sobre arrendamento direito de uso e locação	29.640.986	14.443.292
6.01.01.05	Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	16.864.628	59.271.398
6.01.01.06	Provisão para perda de estoque	1.442.708	2.219.959
6.01.01.07	Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	11.345.085	-427.926
6.01.01.08	Resultado de equivalência patrimonial	0	88.447
6.01.01.09	Juros sobre parcelamento de tributos	53.920	111.951
6.01.01.10	Baixa de ativo imobilizado e intangível	936.755	225.028
6.01.01.11	Créditos tributários	-17.148.677	-103.657.987
6.01.01.12	Atualização monetária depósitos judiciais e impostos a recuperar	-5.228.191	-58.943.543
6.01.01.13	Perdas esperadas de crédito	-222.055	36.275
6.01.01.14	Descontos arrendamento	-16.490.943	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	50.119.765	-98.040.712
6.01.02.01	Contas a receber	15.792.869	-230.129.735
6.01.02.02	Partes relacionadas	-87.910	24.282.853
6.01.02.03	Estoques	-18.592.907	19.089.766
6.01.02.04	Impostos a recuperar	38.304.573	-4.241.797
6.01.02.05	Depósitos judiciais	743.412	396.374
6.01.02.06	Outros créditos	4.407.477	6.510.664
6.01.02.07	Fornecedores	16.776.793	-1.757.861
6.01.02.08	Obrigações trabalhistas e previdenciárias	-15.252.559	30.325.485
6.01.02.09	Obrigações tributárias	19.352.526	38.437.682
6.01.02.10	Arrendamentos a pagar	-4.488.431	5.266.400
6.01.02.11	Parcelamento de tributos	-1.233.907	-527.186
6.01.02.12	Contingências pagas	-1.942.519	-1.125.108
6.01.02.13	Outras obrigações	-3.659.652	15.431.751
6.01.03	Outros	-44.320.337	-48.894.426
6.01.03.01	Imposto de renda e contribuição social pagos	-17.077.166	-39.700.230
6.01.03.02	Juros pagos de empréstimos e financiamentos	-9.241.437	-9.194.196
6.01.03.03	Juros pagos de arrendamentos de direito de uso	-18.001.734	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-269.312.977	-24.749.293
6.02.01	Aplicações financeiras	-224.601.459	604.869
6.02.02	Aquisição de imobilizado	-40.782.226	-34.363.547
6.02.03	Aquisição de intangível	-3.929.292	-4.470.085
6.02.04	Concessão de empréstimos e partes relacionadas	0	-2.000.000
6.02.05	Venda de imobilizado	0	11.608.658
6.02.07	Alienação de investimentos	0	1.870.812
6.02.08	Recebimento empréstimos de partes relacionadas	0	2.000.000
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	58.694.990	364.186.406
6.03.01	Aumento de capital	0	453.472.391

Dfs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 23/05/2019 à 31/12/2019
6.03.03	Dividendos pagos	0	-2.942.328
6.03.04	Captação de empréstimos e financiamentos	308.112.685	112.635.581
6.03.05	Amortização de empréstimos e financiamentos	-222.927.362	-115.665.393
6.03.06	Liquidação contratos de Swap	21.612.432	1.095.495
6.03.07	Amortização de arrendamento direito de uso	-12.539.759	-31.368.213
6.03.08	(-) Custo emissão de ações	0	-53.041.127
6.03.09	Juros sobre capital próprio pagos	-35.563.006	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	41.475.029	404.946.938
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	435.844.350	30.897.412
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	477.319.379	435.844.350

Dfs Consolidadas / Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.105.381.209	-53.041.127	37.384.253	0	0	1.089.724.335	0	1.089.724.335
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.105.381.209	-53.041.127	37.384.253	0	0	1.089.724.335	0	1.089.724.335
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-27.439.000	-25.000.000	0	-52.439.000	0	-52.439.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	-27.439.000	-25.000.000	0	-52.439.000	0	-52.439.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	134.190.478	0	134.190.478	0	134.190.478
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	146.672.109	0	146.672.109	0	146.672.109
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-12.481.631	0	-12.481.631	0	-12.481.631
5.05.02.07	Dividendos distribuídos	0	0	0	-12.481.631	0	-12.481.631	0	-12.481.631
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	109.190.478	-109.190.478	0	0	0	0
5.06.05	Constituição de reserva legal	0	0	7.333.606	-7.333.606	0	0	0	0
5.06.06	Constituição de reserva estatutária	0	0	101.856.872	-101.856.872	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.105.381.209	-53.041.127	119.135.731	0	0	1.171.475.813	0	1.171.475.813

Dfs Consolidadas / Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 23/05/2019 à 31/12/2019**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.04	Transações de Capital com os Sócios	1.052.340.082	0	0	0	0	1.052.340.082	0	1.052.340.082
5.04.01	Aumentos de Capital	453.472.391	0	0	0	0	453.472.391	0	453.472.391
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações	-53.041.127	0	0	0	0	-53.041.127	0	-53.041.127
5.04.08	Aporte de capital Cesão de quotas das controladas	651.908.818	0	0	0	0	651.908.818	0	651.908.818
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	37.384.254	0	37.384.254	0	37.384.254
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	257.971.336	0	257.971.336	0	257.971.336
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-220.587.082	0	-220.587.082	0	-220.587.082
5.05.02.06	Lucros não realizados	0	0	0	-205.083.964	0	-205.083.964	0	-205.083.964
5.05.02.07	Dividendos distribuídos	0	0	0	-2.942.328	0	-2.942.328	0	-2.942.328
5.05.02.08	Juros sobre capital próprio	0	0	0	-12.560.790	0	-12.560.790	0	-12.560.790
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	37.384.254	-37.384.254	0	0	0	0
5.06.05	Constituição de reserva legal	0	0	2.644.369	-2.644.369	0	0	0	0
5.06.06	Constituição de reserva estatutária	0	0	7.300.885	-7.300.885	0	0	0	0
5.06.07	Dividendo adicional de Juros sobre capital	0	0	27.439.000	-27.439.000	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.052.340.082	0	37.384.254	0	0	1.089.724.336	0	1.089.724.336

Dfs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 23/05/2019 à 31/12/2019
7.01	Receitas	1.357.561.042	1.067.913.322
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.338.141.865	963.142.020
7.01.02	Outras Receitas	19.419.177	104.771.302
7.01.02.01	Outras receitas	19.641.232	104.735.027
7.01.02.02	Perdas esperadas de créditos	-222.055	36.275
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-550.961.413	-343.803.141
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-304.344.931	-200.106.857
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-246.616.482	-143.696.284
7.03	Valor Adicionado Bruto	806.599.629	724.110.181
7.04	Retenções	-58.272.745	-29.133.375
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-58.272.745	-29.133.375
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	748.326.884	694.976.806
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	40.122.941	64.620.828
7.06.02	Receitas Financeiras	40.122.941	64.709.275
7.06.03	Outros	0	-88.447
7.06.03.01	Participação nos lucros de controladas/coligadas	0	-88.447
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	788.449.825	759.597.634
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	788.449.825	759.597.634
7.08.01	Pessoal	200.528.944	160.164.379
7.08.01.01	Remuneração Direta	160.712.706	133.275.790
7.08.01.02	Benefícios	27.444.996	17.841.309
7.08.01.03	F.G.T.S.	12.371.242	9.047.280
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	364.170.179	290.289.937
7.08.02.01	Federais	158.379.887	140.078.838
7.08.02.02	Estaduais	203.354.667	148.906.949
7.08.02.03	Municipais	2.435.625	1.304.150
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	77.078.593	51.171.982
7.08.03.01	Juros	62.416.839	36.707.099
7.08.03.02	Aluguéis	13.193.839	12.563.465
7.08.03.03	Outras	1.467.915	1.901.418
7.08.03.03.01	Royalties	1.467.915	1.901.418
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	146.672.109	257.971.336
7.08.04.02	Dividendos	37.481.631	42.942.118
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	109.190.478	215.029.218

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

São Paulo, 17 de março de 2021 – Vivara Participações S.A. (B3: VIVA3; Bloomberg: VIVA3 BZ), a maior rede de joalherias do Brasil, apresenta hoje seus resultados do ano de 2020.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2020 foi emblemático e ficará marcado, para nós da Vivara, como um ano de incertezas e transformações. Nesses 60 anos de história, esse talvez tenha sido o período mais desafiador que já vivemos. A tempestividade com que a pandemia surgiu e a baixa visibilidade de cenário e tempo de duração foram fatores que diferenciaram essa crise de outras já vividas.

Diferente de outras turbulências, fomos pegos de surpresa. Não havia nenhum sinal evidente como em uma recessão. Não havia nenhum indicativo inerente ao negócio, nada. Em poucos dias nos deparamos com a pandemia, exigindo de nós uma tomada de decisão rápida, mas muito consciente e responsável.

Igual a outros períodos turbulentos, o que sabíamos desde o início era que a retomada viria. Ao longo do ano sentimos a normalização gradual das operações, mês após mês. Foi mais rápido do que imaginávamos inicialmente, mas sabemos que ainda temos um longo caminho pela frente.

Ainda em março, logo após o fechamento temporário das nossas operações, criamos um Comitê de Crise e iniciamos uma rotina de interações constantes focadas na busca por soluções para proteger a saúde e dar segurança a nossa comunidade de stakeholders, desde os colaboradores, clientes e parceiros, até os fornecedores.

Junto ao comitê de crise, estruturamos nove frentes de trabalho: Caixa, Lojas, E-commerce, Indústria e fornecedores diretos, fornecedores indiretos, Pessoas, Comunicação, Expansão e Priorização de Projetos de TI. Através dessas frentes multidisciplinares direcionávamos toda a tomada de decisão de forma colegiada. Os times foram incansáveis, vimos nossos valores corporativos fortalecidos e funcionando como bases sólidas para que pudéssemos seguir superando desafios e entregando sempre mais do que o esperado.

No meio de tantas incertezas, conseguimos entregar um ano de transformação. A pandemia serviu para repensarmos os processos e enxergarmos possibilidades diferentes. O resultado que estamos entregando hoje superou todas as nossas expectativas iniciais. Atingimos diversos recordes que só uma equipe inquieta e comprometida conseguiria entregar.

Recorde de vendas em único trimestre, recorde de vendas digitais no ano, recorde de venda diária, em um cenário atípico, incerto e desconhecido. Transformamos o nosso negócio sem perder de vista as bases sólidas que nos trouxeram até aqui.

A marca Vivara encerra 2020 ainda mais fortalecida, sendo referência em buscas online, marca destino para quem procura o melhor presente para marcar momentos especiais. Adequamos nossa comunicação às mudanças evidentes no comportamento do consumidor durante o isolamento social. Adotamos uma abordagem mais emocional nas nossas campanhas, buscando novas formas de interagir com nossos clientes.

Falamos de propósito, bem estar, conexão com os próximos, tudo de uma forma muito sutil e focada em significado, que é exatamente o que a joia representa. Avançamos muito no uso de dados para nos comunicar, tornando nossa base de dados de clientes uma importante ferramenta de maximização de vendas. A nossa força de vendas de alta performance fez a diferença e cumpriu com excelência a missão de fascinar os clientes. Atuaram com foco em resultados, mesmo nos momentos mais críticos de lojas fechadas, através do projeto Joias em Ação, nossa iniciativa de vendas diretas.

O modelo de negócio verticalizado nos permitiu proteger nossas margens e trabalhar o mix de produtos mais adequado para o momento. Ampliamos a internalização da produção da Life, ajustamos os estoques de forma

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

rápida, ampliamos a cobertura do canal online para garantir a adequada composição de produtos em todas as categorias.

Os resultados do ano, inevitavelmente, foram afetados pelo fechamento das lojas, mas com uma importante evolução mês após mês. Encerramos o ano com queda de -10,2% no faturamento, sendo que no último trimestre registramos crescimento de 14,4%, em relação ao 4T19, mesmo operando com restrição de fluxo em loja e horário de atendimento reduzido. Nossas vendas digitais cresceram de forma acelerada, com expansão de 191,2%, em relação ao ano anterior. Chegamos ao EBITDA Ajustado de R\$ 216,3 milhões, com margem de 20,7%, como resultado da expansão de rentabilidade bruta e o rígido controle de despesas.

Considerando a incerteza do momento, no início da pandemia, revisamos nosso plano de expansão para o ano, reduzindo a previsão de novas aberturas de 50 para 21. Ao final do ano, entregamos 28 novas operações, reforçando nosso compromisso de ampliar a nossa presença nos principais shoppings do país, através da expansão orgânica dos canais Vivara e Life.

Para 2021, retomaremos para a expansão orgânica mais acelerada, com a perspectiva de adicionar entre 40 e 50 novas lojas, de Vivara e Life. Temos um grande projeto de estruturação da marca Life em andamento, com novas iniciativas para aprimorar operação, treinamentos mais direcionados, estratégia renovada para produto e marketing, para alavancarmos a Life de forma estruturada. Além, é claro, da estratégia de “omnicanalidade”, que saiu de 2020 mais fortalecida e ganhou ainda mais relevância estratégica para 2021.

Seguimos atentos aos desdobramentos relacionados à pandemia e diligentes na tomada de decisão. A Companhia vem adotando de forma contínua diversas medidas de prevenção para preservarmos a saúde dos colaboradores, fornecedores e parceiros, assim como a saúde de nosso negócio. Reforçamos, sobretudo, que, estamos mais preparados e fortalecidos do que estávamos quando tudo começou. Temos solidez financeira e alta liquidez, com recursos relevantes para as oportunidades de consolidação e para reforçar nossa posição de liderança de mercado.

Em fevereiro de 2021, anunciamos a eleição do novo Diretor Presidente da Companhia, Paulo Kruglesnky, em sucessão ao Marcio Kaufman, que passará a se dedicar, exclusivamente, ao Conselho de Administração.

Agradecemos a todos os acionistas, colaboradores, fornecedores e clientes pela confiança em nossa Companhia.

Marcio Kaufman
Ex-CEO e Membro do Conselho de Administração

Paulo Kruglesnky
CEO

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

COMENTÁRIO DE DESEMPENHO FINANCEIRO

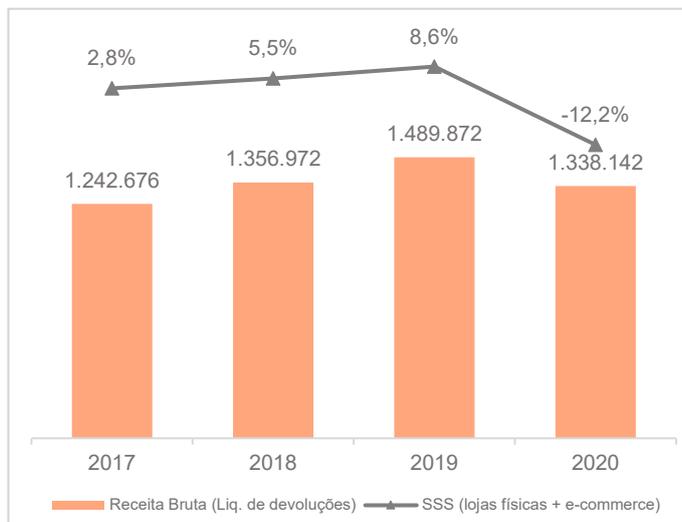
RECEITA

A receita bruta, líquida de devoluções da Companhia caiu -10,2% em 2020, em razão do fechamento das lojas ao longo do ano, devido a pandemia da COVID-19. A recuperação foi gradual, mês após mês, sendo que no último trimestre o crescimento foi de +14,4%.

O destaque do ano foi a aceleração do desempenho das vendas digitais que atingiram R\$ 309,4 milhões no ano, um crescimento de 191,2%, em relação ao ano anterior, representando 18,1% da receita total. O SSS do período foi de -12,2%.

O crescimento de 191,2% nas vendas digitais em 2020 foi impulsionado pelas iniciativas de “omnicanalidade”, principalmente, pelo projeto Joias em Ação, iniciativa de vendas diretas criada em abril, após o fechamento das lojas, que no ano representou 25,5% das vendas do canal digitais, ganhando relevância mês após mês.

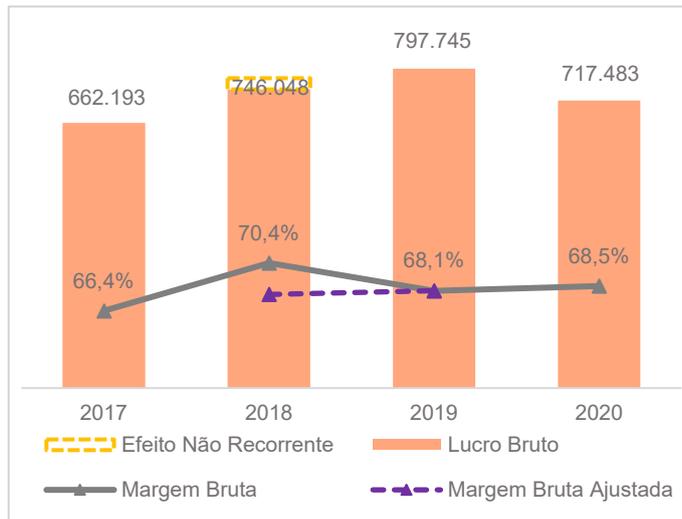
A receita líquida do período atingiu R\$ 1.047,6 milhão, -10,6% abaixo do ano anterior.



LUCRO BRUTO E MARGEM BRUTA

O Lucro Bruto de 2020 totalizou R\$ 717,5 milhões, queda de -10,1% comparado ao mesmo período do ano anterior, com expansão de 0,4 p.p. na Margem Bruta, que atingiu 68,5%. A Margem Bruta registrada está alinhada aos patamares saudáveis de rentabilidade da Companhia, mesmo considerando um movimento mais intenso de Black Friday e o aumento sequencial do custo de insumos.

A adequada composição de estoques em todas as categorias, combinada com a correta política de precificação contribuíram para a rentabilidade atingida, demonstrando, mais uma vez, a capacidade da Companhia de gerir custos.



Relatório da Administração/comentário do Desempenho

DESPESAS OPERACIONAIS

Despesas Operacionais (R\$ mil)	2020	2019	Δ %
Despesas Operacionais (SG&A)	(463.223)	(498.066)	-7,0%
% Receita Líquida	-44,2%	-42,5%	(1,7 p.p.)
Despesas com Vendas	(331.679)	(360.069)	-7,9%
% Receita Líquida	-31,7%	-30,7%	(0,9 p.p.)
Despesas Gerais e Administrativas	(131.544)	(137.997)	-4,7%
% Receita Líquida	-12,6%	-11,8%	(0,8 p.p.)
Outras Despesas (Receitas) Operacionais	6.567	107.442	-93,9%
Total de Despesas	(456.656)	(390.624)	16,9%

Em 2020, as Despesas Operacionais (Vendas, Gerais e Administrativas – ex-depreciação) caíram -7,0% em relação ao ano anterior, considerando o reconhecimento de R\$ 14,9 milhões de despesas não recorrentes, referentes ao IPO, em 2019. Em bases comparáveis, as Despesas Operacionais de 2020 teriam sido -4,1% menores que em 2019.

As Despesas com Vendas ficaram 7,9% menores que no ano anterior, principalmente, (i) pela adesão à Lei 14.020/2020, que permitiu a suspensão dos contratos das colaboradoras de lojas, durante todo o período em que as lojas estiveram fechadas, e redução de jornada após reabertura, com efeitos gradativamente menores até novembro/20, (ii) pelos descontos obtidos no aluguel das lojas e (iii) pela redução nas Despesas com Serviços de Terceiros, refletindo as readequações orçamentárias adotadas ao longo do ano. Em contrapartida às reduções mencionadas acima, registramos aumento nas Despesas com Frete e Tributos, reflexo da maior relevância das vendas digitais, bem como nas Despesas de Marketing, resultado do maior investimento em marketing digital.

As Despesas Gerais e Administrativas caíram -4,7%, como resultado da despesa não recorrente de R\$ 14,9 milhões, reconhecidas em 2019, em bases comparáveis, as despesas teriam aumentado 6,8% principalmente, (i) pelo aumento das Despesas com Serviços de terceiros pela contratação de consultorias voltadas para suportar a estratégia de da Companhia. As Despesas com Pessoal foram beneficiadas pela adesão à Lei 14.020/2020, que neutralizou, em parte o aumento de quadro administrativo ocorrido no último ano, para reforço de áreas estratégicas e da estrutura de governança corporativa.

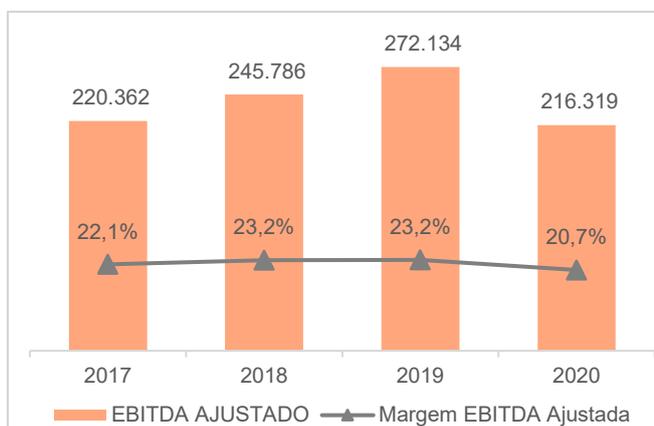
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas em 2020 foram de R\$ 6,6 milhões comparativamente a R\$ 107,4 milhões em 2019, em razão do reconhecimento dos créditos de PIS e COFINS, referente à habilitação do crédito protocolada na Receita Federal em maio de 2019. O montante equivalente ao principal totalizou R\$ 103,7 milhões.

EBITDA AJUSTADO

O EBITDA ajustado atingiu R\$ 216,4 milhões, -20,5% inferior ao ano anterior, reflexo do rígido controle de despesas e da proteção da Margem Bruta, que neutralizaram, em parte, os efeitos trazidos pelo fechamento das operações, principalmente no segundo e terceiro trimestre.

Desta forma, a margem EBITDA ajustada de 2020 atingiu 20,7%.

(1) EBITDA (Earnings before Interest, Taxes and Depreciation and Amortization) é uma medição não contábil divulgada pela Companhia em consonância com a Instrução CVM nº 527/12. A partir do cálculo acima, é realizado o ajuste para eliminação de efeitos não recorrentes no resultado, quando aplicável, bem como o reconhecimento das despesas de arrendamento, referente à parcela fixa do aluguel das lojas, que a partir da adoção do CPC06/IFRS16, deixaram de ser registradas como "despesas de aluguel" na Demonstração de Resultados e passaram a ser reconhecidas como "Arrendamento do Direito de Uso, na Demonstração de Fluxo de Caixa. Assim, os ajustes geram o EBITDA Ajustado.



Relatório da Administração/comentário do Desempenho

RESULTADO FINANCEIRO

O Resultado Financeiro líquido do ano 2020 foi de -R\$ 41,5 milhões comparativamente a -R\$ 2,5 milhões em 2019, como resultado da menor receita financeira gerada pela correção monetária dos créditos tributários da bitributação do ICMS na base de cálculo do PIS/COFINS.

IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Imposto de renda e contribuição social do ano foi de R\$ -16,9 milhões comparativamente a R\$ -40,9 milhões em 2019. A alíquota efetiva de 10,3% em 2020 foi beneficiada pela declaração de Juros sobre Capital Próprio (JCP) no montante de R\$ 25,0 milhões, bem como pelo maior imposto diferido.

LUCRO LÍQUIDO

Reconciliação do Lucro Líquido Ajustado (R\$ mil)	2020	2019	Δ %
Lucro Líquido	146.672	318.251	-53,9%
<i>Margem Líquida (%)</i>	<i>14,0%</i>	<i>27,2%</i>	<i>(13,2 p.p.)</i>
Efeito Não Recorrente	-	(101.262)	na
Lucro Líquido Ajustado	146.672	216.989	-32,4%
<i>Margem Líquida Ajustada (%)</i>	<i>14,0%</i>	<i>18,5%</i>	<i>(4,5 p.p.)</i>

(1) Lucro Líquido Ajustado é uma medida não contábil e não faz parte do escopo da auditoria. A medida foi utilizada pela Companhia para melhor comparabilidade dos períodos analisados. Para tal medição, a Companhia excluiu o efeito não recorrente referente a ação do ICMS na base de PIS/Cofins e o efeito não-recorrentes de despesas do IPO.

O resultado do ano foi afetado pelo fechamento das operações, mas demonstra a gradual recuperação, principalmente a partir de agosto. O esforço contínuo na contenção de despesas, bem como as iniciativas de “omnicanalidade” foram fundamentais para a neutralização dos impactos.

Assim, a Companhia atingiu Lucro Líquido de R\$ 146,7 milhões em 2020, queda de 32,4% em relação ao ano anterior. Em bases comparáveis, para o desempenho do ano em 2019, excluimos os efeitos não recorrentes, referente (i) às despesas do IPO, no 4T19, e (ii) o ganho total da ação de exclusão do ICMS da base de PIS/Cofins, ambos líquidos de impostos, somando R\$ 101,3 milhões.

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Em cumprimento às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM 480, os Diretores da Companhia declaram que discutiram, revisaram e concordaram com as opiniões expressas no relatório de auditoria da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, emitido em 17 de março de 2021, com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia relativas ao período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2020.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381/03, informamos que a Companhia e suas controladas adotam como procedimento formal consultar os auditores independentes Deloitte Touche Tohmatsu (Deloitte), no sentido de assegurar-se de que a realização da prestação de outros serviços não venha afetar sua independência e objetividade necessária ao desempenho dos serviços de auditoria independente. A política da Companhia na contratação de serviços de auditores independentes assegura que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade. No exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, a Deloitte não prestou outros serviços adicionais que ultrapassem 5% dos honorários de auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Vivara. Na contratação desses serviços, as políticas adotadas pela Companhia se fundamentam nos princípios que preservam a independência do auditor. Esses

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

princípios consistem, de acordo com os padrões internacionalmente aceitos, em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer função de gerência no seu cliente, e (c) o auditor não deve representar legalmente os interesses de seus clientes. A Deloitte Touche Tohmatsu (Deloitte) declarou que a prestação dos serviços foi feita em estrita observância das normas contábeis que tratam da independência dos auditores independentes em trabalhos de auditoria e não representaram situação que poderiam afetar a independência e a objetividade ao desempenho de seus serviços de auditoria externa.

AGRADECIMENTOS

Queremos agradecer a todos nossos clientes, colaboradores, acionistas, fornecedores, parceiros e a comunidade em geral pela confiança e parceria ao longo do ano de 2020.

São Paulo, 17 de março de 2021.
A Diretoria.

Notas Explicativas

VIVARA PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Vivara Participações S.A. (“Vivara Participações” ou “Companhia”) é a “holding” que controla o Grupo Vivara, fundado em 1962, que tem por objeto a fabricação e venda de joias e outros artigos. As demonstrações financeiras consolidadas contemplam as demonstrações financeiras da Companhia e das controladas Tellerina Comércio de Presentes e Artigos para Decoração S.A. (“Tellerina”) e Conipa Indústria e Comércio de Presentes, Metais e Artigos de Decoração Ltda. (“Conipa”). Os controladores da Companhia estão divulgados na nota explicativa nº 20.

A Vivara Participações tem sua sede social na cidade de São Paulo - SP, e tem como atividades preponderantes a participação em outras sociedades, na qualidade de cotista, ou acionista, holding de instituições não financeiras e agente de propriedade intelectual. A Companhia foi constituída em 23 de maio de 2019 e conforme instrumento de conferência de participação societária de 15 de junho de 2019, foi realizado o aporte das participações societárias das atuais controladas Tellerina e Conipa. Todos os direitos e obrigações, de qualquer natureza, incluindo os efeitos e resultados patrimoniais da referida conferência de participação societária, a partir de 1º de junho de 2019 foram atribuídos à Vivara Participações, conforme documento de anuência assinado pelos acionistas.

A Tellerina tem sua sede social na cidade de Manaus - AM e centro administrativo na cidade de São Paulo - SP. A Tellerina tem como atividades preponderantes, por meio da rede de lojas sob a bandeira “VIVARA”, a importação, a exportação e o comércio varejista e atacadista de joias, bijuterias, artigo sem metais preciosos e suas ligas, folheados, pedras preciosas, relógios, instrumentos cronométricos, artigos de couro e assemelhados, bem como a prestação de serviços de “design” e de conserto de joias em geral.

Em 31 de dezembro de 2020 a Tellerina, possuía 221 lojas e 46 quiosques (197 lojas e 56 quiosques em 31 de dezembro de 2019) em operação no Brasil.

A Conipa tem sede na cidade de Manaus, Estado do Amazonas e como atividade preponderante a fabricação de artefatos de joalheria, ourivesaria e relojoaria com a comercialização desses produtos no varejo e atacado, incluindo também os serviços prestados de reparação de joias e relógios.

Impactos relacionados à Covid-19

A Administração da Companhia vem acompanhando os desdobramentos relacionados a pandemia da COVID-19, observando com a devida atenção as orientações das autoridades brasileiras e internacionais e vem adotando diversas medidas para preservação da saúde de seus colaboradores, fornecedores e parceiros. No dia 20 de março de 2020, decidimos por fechar todas as nossas lojas físicas e, no dia 25 de março de 2020, paralisamos temporariamente as operações de nossa fábrica localizada na cidade de Manaus.

Notas Explicativas

Tendo em vista o atual cenário de incertezas e a imprevisibilidade de retomada total, a Companhia adotou forte conservadorismo na alocação de capital, para preservar sua liquidez no curto prazo e garantir que estará fortalecida para o ciclo de crescimento de longo prazo e, através de um comitê de crise, adotou as seguintes medidas:

- a) Replanejamento das compras de insumos e matérias-primas, visto que a Companhia possui estoque suficiente para manter a operação e minimizar os impactos do aumento recente no preço do ouro.
- b) Revisão do plano de investimentos no ano de 2020, reduzindo o número de novas operações a serem abertas ao longo do período e postergando investimentos menos urgentes. Para a estratégia de longo prazo, a Companhia mantém seu compromisso de ampliar sua presença nos principais shoppings do país, através da expansão orgânica de seus canais.
- c) Concluiu em 14 de abril de 2020 as negociações com os sindicatos e implantou os mecanismos previstos na Lei nº 14.020/2020, com redução de jornada de trabalho de todos os colaboradores do escritório e suspensão do contrato de trabalho para colaboradores das lojas e fábrica, no período entre abril e dezembro de 2020.
- d) As negociações com os principais empreendedores de shoppings resultaram em uma redução média de 31% nos pagamentos de aluguel, condomínio e fundo de promoção, procurando adequar esta despesa ao nível da receita atual. As conversas e negociações continuam devido as aberturas e fechamento dos shoppings em função do recuo e avanço da pandemia nos municípios.
- e) Foram negociados a totalidade dos contratos de prestação de serviço para evitar descasamentos de fluxo de caixa. Os pleitos foram de concessão de descontos e revisão da forma e prazo de pagamento.

No encerramento de 2020 e até a data destas demonstrações de resultados anuais, a Companhia identificou uma evolução gradual do ritmo de vendas, mês após mês, desde o final de março, quando as lojas foram fechadas temporariamente, até dezembro, quando as operações já estão caminhando para a normalização. Nos três últimos meses do ano, a retomada foi mais intensa em outubro e novembro, quando ainda não havia aumento nas medidas de restrições, que foram intensificadas em dezembro, com o aumento dos casos de COVID-19.

A fábrica já retomou integralmente sua operação e segue intensificando a produção dos itens que estarão nas lojas nos próximos meses.

A Companhia gerou recursos financeiros líquidos relevantes em 2020, segue com níveis de estoques equilibrados com as perspectivas de vendas além de um nível de endividamento adequado para financiar a potencial aceleração de vendas e da expansão orgânica de lojas em 2021.

2. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

2.1. Base de elaboração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. O custo histórico é geralmente baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

Notas Explicativas



Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Administração leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração.

2.2. Declaração de conformidade

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 17 de março de 2021 e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

2.3. Declaração de relevância

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração divulgou somente informações relevantes e que auxiliem os usuários dessas informações na tomada de decisões, sem que os requerimentos mínimos existentes deixem de ser atendidos. Além disso, a Administração afirma que todas as informações relevantes estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas na gestão do negócio.

2.4. Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, são mensurados usando o real (R\$), moeda do ambiente econômico no qual o Grupo atua, eleita moeda funcional do Grupo e também de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

2.5. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

A partir dos Ofícios Circulares nº 02/20 e 03/20 emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e levando em consideração o cenário econômico e os riscos e incertezas advindos dos impactos da Covid-19, a Administração da Companhia revisitou e concluiu não haver impactos significativos nas principais estimativas e julgamentos.

Notas Explicativas

VIVARA

As principais contas sujeitas a premissas e estimativas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Notas explicativas nº 11 e nº 12 - vida útil e análise do valor recuperável (“impairment”) do imobilizado e intangível.
- Nota explicativa nº 16 - valor justo dos instrumentos financeiros derivativos.
- Nota explicativa nº 17 - provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.
- Nota explicativa nº 20.b) - imposto de renda e contribuição social diferidos.
- Nota explicativa nº 28 – Arrendamento de direito de uso.

2.6. Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia:

- Tem poder sobre a investida.
- Está exposta, ou tem direitos, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida.
- Tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos.

A Companhia reavalia se retém ou não o controle de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem a ocorrência de alterações em um ou mais de um dos três elementos de controle relacionados anteriormente.

A consolidação de uma controlada começa quando a Companhia obtém o controle sobre a controlada e termina quando a Companhia perde o controle sobre a controlada.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, foram utilizadas demonstrações financeiras encerradas na mesma data-base e consistentes com as práticas contábeis da Companhia.

Quando necessário, são feitos ajustes contábeis às demonstrações financeiras das controladas para adequar suas práticas contábeis às usadas pela Companhia.

Todos os saldos e transações de contas a receber e a pagar, bem como os investimentos na proporção da participação da investidora nos patrimônios líquidos e nos resultados das controladas e os resultados não realizados, líquidos de imposto de renda e contribuição social, decorrentes de operações entre a Companhia e controladas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas, são eliminados integralmente.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia os investimentos em controladas são reconhecidos por meio do método de equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas diretas, conforme demonstrado a seguir:

Controladas	% de participação
Tellerina	99,99
Conipa	99,99

Notas Explicativas

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

- Critério de reconhecimento de receita

A receita de venda é reconhecida na demonstração do resultado quando for satisfeita a obrigação de desempenho, ou seja, quando houver a transferência física do produto prometido e o cliente obtiver o controle desse produto, preço for identificável e cumpridas as obrigações de performance. A receita de vendas é apresentada líquida de deduções, incluídos os impostos calculados sobre as vendas.

- Transações em moeda estrangeira

Transações em moedas estrangeiras são inicialmente reconhecidas pelo valor de mercado das moedas correspondentes na data que a transação se qualifica para reconhecimento. Ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras são convertidos para o Real de acordo com a cotação do mercado nas datas dos balanços. Diferenças oriundas no pagamento, na conversão de itens monetários são reconhecidas no resultado financeiro.

- Instrumentos financeiros

Classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros

A classificação dos ativos e passivos financeiros segundo o CPC 48/IFRS 9 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais.

Conforme o CPC 48/IFRS 9, no reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: a custo amortizado; valor justo por meio dos outros resultados abrangentes (“VJORA”); ou valor justo por meio de resultado (“VJR”).

As seguintes políticas contábeis aplicam-se à mensuração subsequente dos ativos financeiros:

Ativos financeiros mensurados a VJR	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros mensurados a custo amortizado	Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e perdas são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido também no resultado.
Ativos financeiros mensurados a VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo em outros resultados abrangentes em função de sua característica de negociação antes do vencimento.

Sob o CPC 48/IFRS 9, um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais.
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Notas Explicativas**VIVARA**

Um ativo financeiro é mensurado a VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros.
- Seus termos contratuais geram em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

A tabela a seguir apresenta as categorias de mensuração do CPC 48/IFRS 9 para cada classe de ativos e ou passivos financeiros.

CPC 48/IFRS 9				
Ativos	Nota explicativa	Categoria	Controladora	Consolidado
Caixa e equivalentes de caixa	5	Custo amortizado	224	477.319
Contas a receber	7	Custo amortizado	-	410.263
Contas a receber – partes relacionadas	19	Custo amortizado	40.512	-
Títulos e valores mobiliários	6	VJR	-	224.602
Instrumento derivativo - "swap"	16	VJR	-	11.767
Total ativos financeiros			<u>40.736</u>	<u>1.123.951</u>
Fornecedores	13.a)	Custo amortizado	-	53.029
Fornecedores – Convênio	13.b)	Custo Amortizado	-	169
Empréstimos	16	Custo amortizado	-	390.321
Juros sobre capital próprio a pagar	18.b)	Custo amortizado	22.353	22.353
Dividendos a pagar	18.b)	Custo amortizado	12.482	12.482
Passivo de arrendamentos direito de uso	28	Custo amortizado	-	275.228
Total passivos financeiros			<u>34.835</u>	<u>753.582</u>

Instrumentos derivativos

A Administração utiliza instrumentos financeiros derivativos classificados como "swaps" para proteção de contratos em moeda estrangeira e quando houver contratos com taxas pré-fixadas. Tais instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que o contrato derivativo é celebrado e, posteriormente, remensurados pelo valor justo na data de cada balanço. Estes contratos devem possuir os mesmos prazos, datas para pagamento de juros e principal e serem contratados com o mesmo conglomerado financeiro do objeto de "hedge".

Estes instrumentos são classificados como instrumentos financeiros "mensurados ao valor justo" e suas variações são reconhecidas no resultado financeiro.

Notas Explicativas



- Demonstração do valor adicionado

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e suas controladas e sua distribuição durante determinado exercício, e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Tal demonstração foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, registros complementares, e segundo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”).

- Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista e investimentos temporários de curto prazo com prazos para resgate de até 90 dias da data da aplicação.

Os investimentos temporários são representados substancialmente por Certificados de Depósito Bancário - CDBs e são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data de apresentação das demonstrações financeiras, que não excedem o seu valor de realização.

- Títulos e valores mobiliários

Os investimentos em títulos e valores mobiliários são representados por aplicações financeiras em fundos de investimentos e letras financeiras emitidas por instituições bancárias com prazos para resgate superiores há 90 dias da data da aplicação.

- Contas a receber e provisão para perdas esperadas de crédito

As contas a receber de clientes correspondem aos recebíveis pelas vendas de mercadorias e estão registradas aos valores nominais das faturas e deduzidas da provisão para perdas esperadas de crédito. Os saldos de contas a receber são registrados inicialmente pelo valor da transação, que corresponde ao valor de venda, e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado.

A provisão para perda esperadas de crédito é mensurada na data da transação considerando a vida toda dos recebíveis. A Companhia adota matriz de risco de crédito com base na experiência histórica de perdas baseadas na idade média de vencimento por faixa de títulos.

- Estoques

Mensurados pelo custo de aquisição ou produção e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso de estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação com base na capacidade operacional normal.

Os estoques são valorizados ao custo médio ponderado e deduzidos das perdas estimadas, quando aplicável.

- Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (“impairment”) acumuladas, quando aplicável.

Notas Explicativas



O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que estes sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração.

Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o produto da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na rubrica “Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas” na demonstração do resultado.

Custos subsequentes

São capitalizados apenas quando é provável que os benefícios econômicos incorporados no componente fluirão para a Companhia e o seu custo possa ser medido de forma confiável. Os custos de manutenção recorrente são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou, no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear com base na vida útil estimada dos itens. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado, a menos que o montante esteja incluído no valor contábil de outro ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Companhia obterá a propriedade do bem no fim do prazo de arrendamento. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas dos itens significativos do ativo imobilizado para o exercício corrente e o comparativo são as seguintes:

	<u>Vida útil - anos</u>
Máquinas e equipamentos	10
Instalações	10
Móveis e utensílios	10
Hardware	5
Benfeitorias em propriedade de terceiros	5
Direito de uso locação de imóveis	4 a 10
Veículos	5

A vida útil estimada dos bens do imobilizado são revisadas anualmente na data de encerramento das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Quando aplicável, os efeitos decorrentes de alterações na vida útil remanescente são registrados prospectivamente.

Notas Explicativas

VIVARA

- Intangível

Representado pelo custo de aquisição de exploração de ponto comercial com amortização determinada conforme o prazo do contrato de locação, que para as lojas e quiosques são de cinco anos. A aquisição de ponto comercial não é feita para todos os pontos de venda da rede, pois em determinadas localidades esse custo não é necessário.

Registram também os softwares adquiridos de terceiros, inclusive os em desenvolvimento.

- Investimento

Os investimentos apresentados nas demonstrações financeiras individuais são ajustados pelo método de equivalência patrimonial.

- Redução ao valor recuperável (“impairment”)

A Administração analisa anualmente se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado (redução ao valor recuperável dos ativos). Caso tais evidências estejam presentes, é estimado o valor recuperável do ativo, sendo este o maior valor entre: (i) seu valor justo menos os custos que seriam incorridos para vendê-lo; e (ii) seu valor em uso. O valor de uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo. Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, é reconhecida a redução (provisão) do saldo contábil desse ativo (“impairment”).

- Direito de uso e Arrendamentos

Direito de uso locação de imóveis representado pelo valor presente do fluxo de pagamento de aluguéis fixos ou mínimos nos contratos de arrendamento dos imóveis das lojas, fábrica e escritórios da Companhia. É reconhecido no ativo como um item do Imobilizado e no passivo como obrigação do Arrendamento de direito de uso.

Os ativos reconhecidos são amortizados pelo prazo do contrato de arrendamento incluindo uma renovação automática por igual período.

Aos passivos de arrendamento são apropriados os juros calculados na determinação do valor presente, com taxas de descontos demonstradas na nota explicativa nº 28, pelo prazo do contrato de arrendamento incluindo uma renovação automática por igual período. Anualmente, conforme índices e prazos definidos em contrato para fins de reajuste do arrendamento, o direito de uso é remensurado.

- Provisões

Reconhecidas quando:

- A Companhia tem uma obrigação presente (legal ou presumida) como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança.
- São quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, utilizando a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo. São atualizadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas pelo montante estimado das perdas prováveis, observada sua natureza e apoiada na opinião dos assessores jurídicos.

Notas Explicativas



- Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros que são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem as despesas bancárias que são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos.

- Imposto de renda e contribuição social

Impostos correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240, para imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos, os quais são reconhecidos no resultado.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias e prejuízos fiscais e base negativa entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera que sejam aplicadas às diferenças temporárias e prejuízos fiscais e base negativa quando elas forem realizadas, com base nas leis que foram decretadas, ou substantivamente decretadas, até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles estejam relacionados a imposto de renda lançado pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados na data de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

Incentivos fiscais - lucro da exploração

Devido ao fato de sua fábrica de joias estar situada na área da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM e mediante o Ato Declaratório Executivo da Delegacia da Receita Federal em Manaus nº 146, de 25 de novembro de 2011, a Conipa possui incentivo de redução do valor do IRPJ a pagar equivalente a 75% do valor apurado sobre o lucro da exploração, aplicado sobre as vendas dos produtos de fabricação própria produzidos na Zona Franca de Manaus, reconhecidas no resultado e, posteriormente, destinadas à reserva de capital no patrimônio líquido.

Notas Explicativas

VIVARA

Em virtude do benefício concedido, a Conipa está obrigada a: (i) cumprir a legislação trabalhista e social e das normas de proteção e controle do meio ambiente; (ii) aplicação do valor da redução do IRPJ em atividade diretamente ligada à produção na área de atuação da SUDAM; (iii) constituição de reserva de capital com o valor resultante da redução, a qual somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízo ou aumento de capital social; (iv) proibição de distribuição aos sócios ou acionistas do valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução, sob pena de perda do incentivo e da obrigação de recolher, com relação à importância distribuída, o imposto que a Conipa tiver deixado de pagar, sem prejuízo da incidência do imposto sobre o lucro distribuído como rendimento e das penalidades cabíveis; e (v) apresentação anual da declaração de rendimentos, indicando o valor da redução correspondente ao exercício, observadas as normas em vigor sobre a matéria.

- Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício.

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas pelas opções de compra de ações exercíveis.

- Segmentos operacionais

Os segmentos operacionais são apresentados de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões da Companhia, que é o CEO do Grupo, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais.

4. ADOÇÃO DAS IFRSs NOVAS E REVISADAS

4.1 IFRSs novas e revisadas em vigor no exercício corrente

Exceto pelo disposto abaixo, não há normas CPC/IFRS ou interpretações ICPC/IFRIC aplicáveis à Companhia que entraram em vigor no exercício corrente que tiveram impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

- Impacto da aplicação inicial da Alteração à IFRS 16—Concessões de Aluguel Relacionadas à Covid-19

Em maio de 2020, o IASB emitiu a norma Concessões de Aluguel Relacionadas à Covid – 19 (Alterações à IFRS 16) que estabelece medidas práticas para arrendatários na contabilização de concessões de aluguel ocorridas como resultado direto da COVID-19, ao introduzir um expediente prático para a IFRS 16. O expediente prático permite que o arrendatário opte por não avaliar se a concessão de aluguel relacionada à COVID-19 é uma modificação de arrendamento. O arrendatário que faz sua opção deverá contabilizar qualquer mudança nos pagamentos de arrendamento resultante da concessão de aluguel relacionada à COVID-19 aplicando a IFRS 16 como se a mudança não fosse uma modificação de arrendamento.

O expediente prático é aplicável apenas a concessões de aluguel ocorridas como resultado direto da COVID-19 e apenas se todas as condições a seguir forem atendidas:

- a) A mudança nos pagamentos de arrendamento resulta na contraprestação revisada de arrendamento que é substancialmente a mesma que, ou menor que, a contraprestação de arrendamento imediatamente anterior à mudança.

Notas Explicativas**VIVARA**

- b) Qualquer redução nos pagamentos de arrendamento afeta apenas os pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30 de junho de 2021 (uma concessão de aluguel atende essa condição se resultar em pagamentos de arrendamento menores em ou antes de 30 de junho de 2021 e pagamentos de arrendamento maiores após 30 de junho de 2021).
- c) Não há nenhuma mudança substantiva nos outros termos e condições do arrendamento.

No exercício social corrente, a Companhia aplicou as alterações à IFRS 16 (conforme emitidas pelo IASB em maio de 2020) antes da sua data de vigência. Os impactos da adoção do expediente prático relacionado a Covid-19 estão demonstrados na nota explicativa nº 22.b na rubrica “Descontos sobre arrendamentos”.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Caixa	-	-	6.935	5.693
Bancos conta movimento	-	8.239	10.518	39.122
Aplicações financeiras (a)	224	-	459.866	391.029
Total	224	8.239	477.319	435.844

(a) As aplicações financeiras são compostas pelas modalidades descritas no quadro abaixo:

	Consolidado			
	31/12/2020	Taxa média ponderada	31/12/2019	Taxa média ponderada
CDB	451.495	109,5%	384.548	93,9%
Operação Compromissada	4.299	80%	-	-
Aplicações automáticas	4.072	10%	6.481	10%
Total	459.866		391.029	

6. TITULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

As aplicações financeiras estão compostas conforme quadro a seguir:

	Vencimento	Rentabilidade	31/12/2020
Fundos de investimentos	-	Variável (a)	59.726
Letras financeiras (b)	09/2022	106,7% do CDI	164.876
Total			224.602
Ativo circulante	-		59.726
Ativo não circulante			164.876
Total			224.602

Notas Explicativas**VIVARA**

- a) as fundos de investimentos tiveram rentabilidade média ponderada de 0,3% no período, entre agosto e dezembro de 2020.
- b) as letras financeiras são títulos de renda fixa pré ou pós fixados, emitidos por Instituições Financeiras com alto *rating* de avaliação, com prazo mínimo de 2 anos, comprados no mercado primário e secundário. São investimentos de longo prazo com características semelhantes ao CDB.

7. CONTAS A RECEBER

	<u>Consolidado</u> <u>31/12/2020</u>	<u>Consolidado</u> <u>31/12/2019</u>
Operadoras de cartões	405.099	418.610
Cheques a compensar	1.471	2.280
Boletos	4.684	5.712
Subtotal	411.254	426.602
Provisão para perdas esperadas de crédito	(991)	(769)
Total	<u>410.263</u>	<u>425.833</u>

Os saldos a receber por idade de vencimento estão distribuídos conforme segue:

	<u>Consolidado</u> <u>31/12/2020</u>	<u>Consolidado</u> <u>31/12/2019</u>
Vencidos:		
De 1 a 30 dias	662	1.985
De 31 a 60 dias	109	15
De 61 a 90 dias	106	36
De 91 a 120 dias	71	4
De 121 a 150 dias	24	15
De 151 a 180 dias	18	7
Acima de 180 dias	964	666
A vencer	<u>409.300</u>	<u>423.874</u>
Total	<u>411.254</u>	<u>426.602</u>

Os saldos a vencer são compostos substancialmente pelas vendas parceladas recebidas por cartão de crédito, em até 10 parcelas, sem cobrança de encargos financeiros.

A Administração mensura a provisão para perdas de contas a receber de clientes em um valor equivalente às perdas de crédito esperadas durante a vida útil. As perdas de crédito esperadas sobre as contas a receber de clientes são estimadas usando uma matriz de provisão com base na experiência de inadimplência passada por tipo de recebível e aplicada as vendas correntes da mesma modalidade de recebimento.

Notas Explicativas**VIVARA**

A movimentação da provisão para perdas esperadas de crédito está demonstrada a seguir:

	<u>Consolidado</u> <u>31/12/2020</u>	<u>Consolidado</u> <u>31/12/2019</u>
Saldo no início do período	(769)	(805)
Complementos	(583)	(143)
Reversões	361	179
Saldo no fim do período	<u>(991)</u>	<u>(769)</u>

8. ESTOQUES

	<u>Consolidado</u> <u>31/12/2020</u>	<u>Consolidado</u> <u>31/12/2019</u>
Produtos acabados	228.248	235.610
Matérias-primas	127.352	76.506
Material de consumo e embalagens	5.478	8.169
Estoque em trânsito e adiantamentos a fornecedores	10.277	33.130
Provisão para perdas	<u>(6.171)</u>	<u>(5.381)</u>
Total	<u>365.184</u>	<u>348.034</u>

As controladas da Companhia constituem provisão para os estoques de giro lento e perdas estimadas no processo de derretimento de joias em ouro e prata de coleções descontinuadas ou adquiridas de clientes.

São considerados como de giro lento os produtos com ciclos de vendas cujo intervalo seja superior a doze meses.

As perdas no processo de derretimento de joias não são relevantes percentualmente devido a tecnologia utilizada na recuperação das matérias-primas envolvidas (ouro, prata e pedras).

A movimentação da provisão para perdas dos estoques está demonstrada a seguir:

	<u>Consolidado</u> <u>31/12/2020</u>	<u>Consolidado</u> <u>31/12/2019</u>
Saldo no início do período	(5.381)	(3.161)
Complementos	(2.286)	(3.030)
Reversões	1.496	810
Saldo no fim do período	<u>(6.171)</u>	<u>(5.381)</u>

Notas Explicativas**VIVARA****9. IMPOSTOS A RECUPERAR**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ (a)	4.394	-	35.020	34.141
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL (a)	595	-	22.637	24.146
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS (b)	-	-	71.789	49.509
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS (c)	-	-	87.678	148.221
Outros	-	3.155	-	7.574
Total	4.989	3.155	217.124	263.591
Ativo circulante	4.989	3.155	101.034	95.247
Ativo não circulante	-	-	116.090	168.344
Total	4.989	3.155	217.124	263.591

(a) IRPJ e CSLL

A Vivara Participações apresentou saldo credor na apuração do IRPJ e CSLL.

Os créditos de IRPJ e CSLL das controladas foram originados através da exclusão da sua base de cálculo do incentivo de ICMS da Zona Franca de Manaus e saldo credor na apuração por estimativas recolhidas a maior.

A expectativa da realização dos créditos de IRPJ e CSLL é demonstrada a seguir:

Ano	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
2020	-	-	-	11.497
2021	4.989	-	15.038	28.074
2022	-	-	36.848	18.716
2023	-	-	5.771	-
Total	4.989	-	57.657	58.287

(b) ICMS

Os valores a recuperar de longo prazo são créditos de ICMS gerados pelo acúmulo de saldo credor nas operações de lojas Vivara localizadas em grande parte nos Estados de Pernambuco, Rio Grande do Norte e Alagoas.

Em Pernambuco, que concentra a maior parte desse saldo credor, a Companhia solicitou Regime Especial visando a não aplicação das Margens de Valor Agregado previstas no Anexo 12 do Decreto nº 44.650/2017; e caso não sejam acolhidas as preliminares, requer-se concessão de Regime Especial para recolhimento do ICMS devido por antecipação da seguinte forma: no primeiro ano: margem de valor agregado fixada em 5%; no segundo ano: margem de valor agregado fixada em 10%; e no terceiro ano: margem de valor agregado fixada em 20%.

Notas Explicativas**VIVARA**

A expectativa da realização dos créditos de ICMS é demonstrada a seguir:

Ano	Consolidado 31/12/2020	Consolidado 31/12/2019
2020	-	8.194
2021	10.431	14.171
2022	26.560	10.661
2023	5.230	7.116
2024	5.505	4.699
2025 em diante	24.063	4.668
Total	71.789	49.509

(c) PIS e COFINS

Em 13 de dezembro de 2018 ocorreu o trânsito em julgado da ação judicial nº 0015738-41.2015.4.01.3200 na 3ª Vara da Seção Judiciária de Manaus – AM, concedendo êxito à Tellerina ao pedido de exclusão do ICMS destacado nas notas de saídas da base de cálculo das contribuições federais PIS e COFINS. A certidão de trânsito em julgado foi expedida em 15 de janeiro de 2019. Os créditos foram habilitados na Receita Federal do Brasil através de requerimento deferido em 22 de outubro de 2019.

O montante de créditos registrados em 2019 totalizou R\$157.358, dos quais R\$103.658 correspondente ao valor do principal e R\$53.700 à atualização monetária, conforme descrito nas notas explicativas nº 24 e nº 25, respectivamente.

Desde novembro de 2019, após a habilitação do crédito pela Receita Federal, a Tellerina compensou impostos federais no montante de R\$77.767 e a atualização monetária registrada em 2020 totalizou R\$2.881.

Os saldos de PIS e COFINS a recuperar também contemplam créditos originados em operações de importação de insumos e matérias-primas na Zona Franca de Manaus pela controlada Conipa. Os créditos foram reconhecidos extemporaneamente conforme orientação de nossos assessores jurídicos. O montante reconhecido no resultado do exercício, totaliza R\$17.812, dos quais R\$17.149 correspondente ao valor do principal e R\$663 à atualização monetária conforme descrito nas notas explicativas nº 24 e nº 25 respectivamente. Deste total de créditos, R\$12.606 foi compensado com impostos federais ao longo do exercício. A expectativa da realização dos créditos de PIS e COFINS é demonstrada a seguir:

Ano	Consolidado 31/12/2020	Consolidado 31/12/2019
2020	-	63.275
2021	75.564	69.188
2022	12.114	15.758
Total	87.678	148.221

Notas Explicativas**VIVARA****10. INVESTIMENTO**

	Patrimônio líquido	Participação no capital social	Investimento	Resultado de equivalência patrimonial
Tellerina	420.531	99,99%	420.531	(81.787)
Conipa	753.278	99,99%	753.278	240.127
Total controladas diretas	<u>1.173.809</u>		<u>1.173.809</u>	<u>158.340</u>

a) Investimentos em controladas

A Companhia foi constituída em 23 de maio de 2019 e conforme instrumento de conferência de participação societária de 15 de junho de 2019, foi realizado o aporte das participações societárias da participação nas controladas Tellerina e Conipa. Todos os direitos e obrigações, de qualquer natureza, incluindo os efeitos e resultados patrimoniais da referida conferência de participação societária, a partir de 1º de junho de 2019 são atribuídos à Vivara Participações, conforme documento de anuência assinado pelos acionistas.

31 de dezembro de 2020

A movimentação do investimento está demonstrada a seguir:

	<u>Controladora</u>
Saldo no início do período	1.033.469
Resultado de equivalência patrimonial	158.340
Juros sobre capital próprio a receber	<u>(18.000)</u>
Saldo no fim do período	<u>1.173.809</u>

b) Reserva de incentivo fiscal

As controladas constituíram reservas para incentivos fiscais:

- Do lucro da exploração com a redução de 75% do valor do IRPJ; o benefício foi concedido em 2010 para a Tellerina e foi usufruído até agosto de 2016, data da cisão que constituiu a Conipa, que obteve a concessão do benefício com vigência até dezembro de 2024.
- De subvenção para investimento e custeio, referente a incentivo fiscal de ICMS na Zona Franca de Manaus, Minas Gerais, Bahia e Pará.

A movimentação dessas reservas está demonstrada a seguir:

	Consolidado			31/12/2020
	31/12/2019	Adições	Baixas	
Incentivos ICMS	45.892	61.186	-	107.078
Incentivo Lucro da Exploração	15.510	23.887	-	39.397
Total	<u>61.402</u>	<u>85.073</u>	<u>-</u>	<u>146.475</u>

Notas Explicativas**VIVARA**

Conforme legislação tributária vigente os montantes destinados a estas reservas oriundos de benefícios fiscais de subvenção de reinvestimentos, nas controladas, não podem ser distribuídos a título de lucros e dividendos à Controladora.

Notas Explicativas

VIVARA

11. IMOBILIZADO

	Taxa média anual de depreciação - %	Consolidado			
		31/12/2020		31/12/2019	
		Custo	Depreciação acumulada	Valor Residual	Valor Residual
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20	92.237	(50.667)	41.570	28.733
Móveis e utensílios	10	36.889	(14.620)	22.269	18.700
Máquinas, equipamentos e instalações	10	20.919	(6.797)	14.122	12.471
Veículos	20	676	(591)	85	100
Equipamentos de Informática	20	12.101	(4.514)	7.587	4.972
Terrenos	-	350	-	350	350
Ativo de direitos de uso	10 a 25	320.442	(67.246)	253.196	244.474
Adiantamento a fornecedores e construção em andamento (*)	-	1.728	-	1.728	1.820
Total		480.050	(144.435)	340.907	311.620

(*) Refere-se ao custo das obras em novos pontos de venda, e as reformas significativas nos já existentes, que posteriormente são transferidos para a linha de benfeitorias em imóveis de terceiros com a inauguração ou reabertura desses pontos de venda.

Em função dos impactos causados pela pandemia da Covid-19, a Companhia elaborou o teste de revisão do valor recuperável de seus ativos imobilizado e intangível, segregado como unidades geradoras de caixas suas controladas Tellerina e Conipa, utilizando taxa de desconto calculada de WACC de 10,29% ("Weighted Average Cost of Capital") para o fluxo de 5 anos, media dos contratos vigentes.

A Administração da Companhia concluiu que não há indicativo da necessidade de registro de redução ao valor recuperável de seus ativos, dado que o valor recuperável superou o valor contábil.

A movimentação do imobilizado está demonstrada a seguir:

	Consolidado				31/12/2020
	31/12/2019	Adições	Baixas (b)	Transferências	
Custo:					
Benfeitorias em imóveis de terceiros	73.778	13.513	(3.978)	8.924	92.237
Móveis e utensílios	37.966	2.935	(8.419)	4.407	36.889
Máquinas, equipamentos e instalações	23.329	3.616	(6.693)	667	20.919
Veículos	1.443	37	(804)	-	676
Equipamentos de informática	18.831	4.423	(11.153)	-	12.101
Terrenos	350	-	-	-	350
Ativo de Direito de uso (a)	274.996	44.935	(550)	1.061	320.442
Adiantamento a fornecedores e construção em andamento	1.820	14.967	-	(15.059)	1.728
	432.513	84.426	(31.597)	-	485.342

Notas Explicativas**VIVARA**

	Consolidado				31/12/2020
	31/12/2019	Adições	Baixas (b)	Transferências	
Depreciação:					
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(45.045)	(9.596)	3.974	-	(50.667)
Móveis e utensílios	(19.266)	(3.475)	8.121	-	(14.620)
Máquinas, equipamentos e instalações	(10.858)	(1.990)	6.051	-	(6.798)
Veículos	(1.343)	(52)	804	-	(591)
Equipamentos de informática	(13.859)	(1.799)	11.144	-	(4.514)
Ativo de direitos de uso	(30.522)	(36.866)	142	-	(67.246)
	<u>(120.893)</u>	<u>(53.778)</u>	<u>30.236</u>		<u>(144.435)</u>
Total	<u>311.620</u>	<u>30.648</u>	<u>(1.361)</u>	<u>-</u>	<u>340.907</u>

- (a) As adições no montante R\$44.935 no período referente ao ativo de direito de uso se referem a novos contratos e remensuração dos contratos em função do período de reajuste contratual e não representam efeito no caixa no momento de sua adição ao imobilizado.
- (b) A Companhia finalizou os trabalhos de inventário físico dos ativos imobilizados de suas operações de lojas, da fábrica e escritório e registrou as baixas por falta física de itens existente nos registros contábeis históricos. O montante total da baixa por perda de inventário físico totalizou R\$883 no valor residual. As baixas na rubrica Ativos de direitos de uso se referem a dois contratos de locação encerrados relativos a dois quiosques fechados.

12. INTANGÍVEL

	Consolidado			
	31/12/2019	Adições	Baixas	31/12/2020
Custo:				
Pontos comerciais	30.545	-	-	30.545
Sistemas de informática em implantação	1.874	932	-	2.806
Sistema de informática	<u>17.642</u>	<u>2.997</u>	<u>-</u>	<u>20.639</u>
	<u>50.061</u>	<u>3.929</u>	<u>-</u>	<u>53.990</u>
Amortização:				
Pontos comerciais	(29.001)	(1.462)	-	(30.463)
Sistema de informática	<u>(11.514)</u>	<u>(3.032)</u>	<u>-</u>	<u>(14.546)</u>
	<u>(40.515)</u>	<u>(4.494)</u>	<u>-</u>	<u>(45.009)</u>
Total	<u>9.546</u>	<u>(565)</u>	<u>-</u>	<u>8.981</u>

13. FORNECEDORES**a) Fornecedores**

O saldo é constituído em quase sua totalidade por compras de matéria-prima, insumos, embalagens e mercadorias para revenda, com prazo médio de pagamento de 90 dias.

Notas Explicativas**VIVARA****b) Fornecedores Convênio**

Trata-se de passivo financeiro de fornecedores que optaram por antecipar o recebimento de seus títulos utilizando linhas de créditos da Companhia com instituições financeiras, sem alteração do prazo negociado entre a Companhia e o fornecedor. O custo financeiro da antecipação do recebível está entre 1,4% e 1,9%. A Companhia entende que essa transação tem natureza específica e classifica separadamente da rubrica de fornecedores. O prazo médio de vencimento dos títulos antecipados é de 90 dias.

14. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS

	<u>Controladora</u> <u>31/12/2020</u>	<u>Consolidado</u> <u>31/12/2020</u>	<u>Controladora</u> <u>31/12/2019</u>	<u>Consolidado</u> <u>31/12/2019</u>
Provisão de férias	-	15.436	-	16.638
Salários	104	14.709	128	15.218
Bônus (*)	-	12.238	-	26.999
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS	-	1.734	-	2.300
Instituto Nacional do Seguro Social – INSS	30	6.279	88	7.400
Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	72	5.801	93	5.265
Outras	-	679	-	547
Total	<u>206</u>	<u>56.876</u>	<u>309</u>	<u>74.367</u>
Passivo circulante	206	49.922	309	65.174
Passivo não circulante	-	6.954	-	9.193
	<u>206</u>	<u>56.876</u>	<u>309</u>	<u>74.367</u>

(*) Inclui valores de bônus e premiações relacionadas à Oferta Pública de Ações no montante de R\$15.381 reconhecidos em 2019, que serão pagos em 6 parcelas anuais e o primeiro pagamento ocorreu em junho de 2020.

Os montantes classificados no passivo não circulante possuem a seguinte composição por ano de vencimento:

<u>Ano</u>	<u>Consolidado</u> <u>31/12/2020</u>	<u>Consolidado</u> <u>31/12/2019</u>
2021	-	2.239
2022	2.239	2.239
2023	2.239	2.239
2024	1.238	1.238
2025	1.238	1.238
Total	<u>6.954</u>	<u>9.193</u>

Notas Explicativas**VIVARA****15. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
ICMS	-	-	33.850	33.698
IPI (a)	-	-	20.247	19.930
PIS e COFINS	9.826	-	24.128	15.919
IRPJ e CSLL	-	2.731	5.959	155
IRRF s/Juros sobre o capital próprio	2.647	4.437	5.347	15.162
Outras	5	433	2.414	1.914
Total	12.478	7.601	91.945	86.778

(a) IPI

A controlada Tellerina deixou de recolher o IPI apurado mensalmente desde a competência de julho de 2014 devido a liminar obtida com essa finalidade no tocante à incidência no desembaraço aduaneiro de bem industrializado e na saída do estabelecimento importador para comercialização no mercado interno, ante a equiparação do importador ao industrial, quando o primeiro não o beneficia no campo industrial. O montante em questão está atualizado monetariamente considerando a SELIC.

Em setembro de 2020, o Supremo Tribunal Federal (“STF”) legitimou, a constitucionalidade da incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) no desembaraço aduaneiro de produto industrializado e também na sua saída do estabelecimento importador para comercialização no mercado interno.

Até a data da emissão dessas demonstrações financeiras, as liminares e agravos de instrumentos concedidas a esta Companhia se mantêm vigentes e produzindo efeitos para o não recolhimento do IPI. A Administração da Companhia amparada por seus assessores jurídicos acredita ser provável a conclusão e julgamento de seu processo e existe a possibilidade desse passivo tributário ser exigido e liquidado no decorrer do ano de 2021. A liquidação dessa obrigação poderá ser realizada através de compensação com créditos tributários de impostos federais.

Notas Explicativas**VIVARA****16. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS****a) Composição dos saldos**

Instituição e modalidade	Taxa	Vencimento	Consolidado 31/12/2020	Consolidado 31/12/2019
<u>Em moeda local</u>				
Banco do Brasil - Capital de giro	CDI +0,95% a.a.	02/2021	100.308	84.360
Banco do Brasil - Capital de giro	120% do CDI 100% da taxa média	04/2020	-	39.075
Banco Safra - Capital de giro	diária do CDI	01/2023	22.524	
Banco Santander - Capital de giro	CDI + 2,46% a.a.	09/2022	40.473	-
Banco Itaú BBA S.A - Capital de giro	CDI + 2,55% a.a.	10/2023	60.663	-
Banco Bradesco - Capital de giro	CDI + 0,95% a.a.	12/2021	50.039	-
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES	URTPLP/UMIPCA=M184/Pr efixado	08/2020	-	2.203
Banco de Lage Landen Brasil S.A.- CDC	-	02/2021	2.214	-
Total de empréstimos em moeda local			<u>276.221</u>	<u>155.689</u>
<u>Em moeda estrangeira</u>				
Banco Itaú - Resolução 4131	Prefixado 1,95% a.a.	03/2021	52.778	-
Banco Santander - Resolução 4131	LIBOR +0,75% a.m.	09/2020	-	24.419
Banco Itaú - Resolução 4131	Prefixado 4,675% a.a.	06/2021	-	42.921
Banco Itaú - Resolução 4131	Prefixado 0,54% a.a.	03/2020	-	47.325
Banco Itaú - Resolução 4131	Prefixado 2,754% a.a.	02/2021	61.322	-
Total empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira			<u>114.100</u>	<u>114.665</u>
Total de empréstimos e financiamentos			<u>390.320</u>	<u>270.354</u>
<u>Instrumentos derivativos ativo - contratos de "swap"</u>				
Banco Itaú - Derivativo Swap	Var. Cambial + 3,24% a.a.	02/2021	(1.683)	-
Banco Itaú - Derivativo Swap	Var. Cambial + 5,5% a.a.	06/2021	-	(8.115)
Banco Itaú - Derivativo Swap	EUR 0,72% a.a.	03/2020	-	(1.396)
Banco Itaú - Derivativo Swap	Var. Cambial + 2,29% a.a.	03/2021	(10.084)	-
Total de Instrumentos derivativos ativo contratos de "swap"			<u>(11.767)</u>	<u>(9.511)</u>
Total de empréstimos e financiamentos, líquido de derivativos			<u>378.554</u>	<u>260.843</u>
Ativo circulante			(11.767)	(6.796)
Ativo não circulante			-	(2.715)
Passivo circulante			277.821	190.934
Passivo não circulante			112.500	79.420
Total			<u>378.554</u>	<u>260.843</u>

Notas Explicativas**VIVARA**

Os contratos acima citados com vencimento previsto até a data da emissão dessas demonstrações financeiras foram liquidados no prazo. Em fevereiro de 2021 a Companhia captou novos empréstimos no montante total de R\$70.000.

b) Movimentação dos empréstimos e financiamentos

	<u>Consolidado</u> <u>31/12/2020</u>	<u>Consolidado</u> <u>31/12/2019</u>
Saldo no início do período	260.843	259.998
Captações	308.113	112.636
Amortizações de principal	(222.927)	(115.665)
Liquidação contratos derivativos "swap"	21.612	2.821
Pagamento de juros	(9.241)	(10.920)
Fluxo de caixa de financiamento	<u>97.557</u>	<u>(11.128)</u>
Juros incorridos	14.445	8.962
Encargos financeiros de "swap" incorridos	(35.950)	(947)
Variação cambial	<u>41.659</u>	<u>3.958</u>
Variações que não envolvem caixa	20.154	11.973
Saldo no fim do período	<u><u>378.554</u></u>	<u><u>260.843</u></u>

Em 31 de dezembro de 2020, os montantes líquidos classificados no ativo e no passivo não circulante têm a seguinte composição por ano de vencimento:

<u>Ano</u>	<u>Consolidado</u> <u>31/12/2020</u>	<u>Consolidado</u> <u>31/12/2019</u>
De 1 a 2 anos	50.000	49.538
De 2 a 3 anos	<u>62.500</u>	<u>27.167</u>
Total	<u><u>112.500</u></u>	<u><u>76.705</u></u>

Para a totalidade dos contratos de empréstimos e financiamentos vigentes com instituições financeiras não existem cláusulas restritivas ("covenant"). Existem contratos de empréstimos que possuem garantias atreladas aos recebíveis de operadoras de cartões e aplicações financeiras de longo prazo.

Notas Explicativas**VIVARA****17. PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS, TRABALHISTAS E TRIBUTÁRIOS E DEPÓSITOS JUDICIAIS**

Em 31 de dezembro de 2020 o Grupo possuía processos de natureza cível, trabalhista e tributária, cujo risco de perda foi considerado provável por seus assessores jurídicos, sendo:

	Consolidado			
	Cíveis (a)	Trabalhistas (b)	Tributários (c)	Total
<u>Provisão</u>				
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.655	3.926	9.653	15.234
Adições	2.497	5.912	8.986	17.395
Pagamentos	(925)	(1.017)	-	(1.942)
Reversões	(1.542)	(928)	(3.579)	(6.049)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>1.685</u>	<u>7.893</u>	<u>15.058</u>	<u>24.636</u>
<u>Depósitos judiciais</u>				
Saldo em 31 de dezembro de 2019	-	1.645	12.035	13.680
Adições	-	200	69	269
Atualização monetária	-	142	379	521
Resgates	-	(610)	(403)	(1.013)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>-</u>	<u>1.377</u>	<u>12.080</u>	<u>13.457</u>

(a) Processos cíveis

Correspondem a ações renovatórias de aluguel de lojas, em que o Grupo é obrigado a pagar valores provisórios de aluguéis até o seu trânsito em julgado, com a constituição de provisão entre o valor pago a título de aluguel provisório e aquele determinado em ação judicial; e ações envolvendo direitos das relações de consumo, onde a provisão é calculada com base no histórico de perdas sobre toda a massa de processos e o valor histórico de perdas por tipo de reclamação.

(b) Reclamações trabalhistas

Correspondem a ações trabalhistas movidas por ex-funcionários, relacionadas, em grande parte, a pedidos de pagamentos de horas extras e seus reflexos, equiparação salarial, férias e abono pecuniário, descanso semanal remunerado, verbas rescisórias, 13º salário, danos morais, gratificações, vínculo empregatício e nulidade do banco de horas. A provisão é constituída considerando os processos com risco de perda provável e complementada com base no histórico de perda sobre a massa de processos classificados com risco de perda possível.

(c) Processos tributários

Correspondem, em grande parte, a discussões judiciais e a autos de infração relativos a ICMS no Estado de São Paulo e Santa Catarina. Adicionalmente a Companhia provisionou conforme orientação de seus assessores jurídicos riscos relacionados a eventual questionamento de utilização de créditos de PIS e COFINS em suas controladas.

Notas Explicativas**VIVARA**

Em agosto de 2020 o Supremo Tribunal Federal (“STF”) legitimou, através do processo RE nº 1.072.485/PR, a incidência de INSS sobre o valor de 1/3 de férias, em decisão contrária a decisão de 26 de fevereiro de 2014 onde o Superior Tribunal de Justiça (“STJ”) havia se manifestado em favor do contribuinte sob o argumento de que “a importância paga a título de terço constitucional de férias possui natureza indenizatória/compensatória, e não constitui ganho habitual do empregado, razão pela qual sobre ela não é possível a incidência de contribuição previdenciária”.

A Tellerina e Conipa possuem liminar vigente que afasta o recolhimento da contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias. Diante do exposto na decisão do STF citada anteriormente, a Companhia acessou seus assessores jurídicos que orientaram a constituição de provisão sobre tais valores não recolhidos a partir da competência outubro de 2020.

As reversões registradas correspondem quase em sua totalidade a prescrição de prazo para questionamento do Fisco em assuntos passíveis de discussão judicial referente a créditos de PIS e COFINS e a composição de base de cálculo para tributação de imposto de renda e contribuição social.

Processos com risco de perda possível

Em 31 de dezembro de 2020, a Administração não considerou necessária a constituição de provisão para eventual perda sobre os processos judiciais em andamento, para os quais, na avaliação dos seus assessores jurídicos, a probabilidade de perda é possível, sendo:

	<u>Consolidado</u> <u>31/12/2020</u>	<u>Consolidado</u> <u>31/12/2019</u>
Cíveis	4.881	840
Riscos tributários (*)	142.900	411.890
Total	<u>147.781</u>	<u>412.730</u>

(*) Representados, em grande parte, por processos judiciais e autos de infração relacionados ao ICMS nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Pernambuco. Em 2020 em função do andamento favorável de processos relacionados a autos de infração de ICMS do Estado de São Paulo nossos assessores jurídicos reclassificaram o risco de perda para remoto, no montante de R\$248.176.

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital social**

Em 23 de maio de 2019 foi constituída a Vivara Participações, registrada na Junta Comercial de São Paulo, com posterior alteração contratual em 15 de junho de 2019 que transformou o tipo societário da Companhia, de sociedade limitada em sociedade por ações, aprovando a conversão das cotas sociais representativas do capital social em ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

Neste ato também consolidou o capital social no valor de R\$651.909, totalmente subscrito e integralizado.

Notas Explicativas**VIVARA**

Em 15 de agosto de 2019, conforme deliberado em Assembleia Geral extraordinária dos sócios, foi aprovado o grupamento das ações ordinárias representativas do capital social da Companhia à razão de 3 (três) ações para cada 1 (um) ação ordinária existente, cujas frações foram canceladas, resultando em um total de 217.303.107 ações ordinárias, todas escriturais, nominativas e sem valor nominal.

O limite do capital social autorizado da Companhia é de 40.000.000 (quarenta milhões) de ações ordinárias

Em 8 de outubro de 2019 foi realizada reunião do Conselho de Administração da Companhia que aprovou, no âmbito da Oferta Pública de Ações, a fixação do preço de emissão de R\$24,00 por ação. O preço por ação foi fixado com base no resultado do procedimento de coleta de intenções de investimento ("Procedimento de Bookbuilding").

Em 10 de outubro de 2019 foi concluída a Oferta Pública de Ações, passando a Companhia a ser listada na B3 S/A - Brasil, Bolsa e Balcão sob o código VIVA3. A oferta primária foi de 18.894.662 ações (R\$453.472) e a oferta secundária 66.131.317 ações R\$1.587.152).

Os custos de emissão das ações no âmbito da Oferta Pública de Ações contemplam as comissões pagas aos Bancos e Corretoras, honorários dos auditores externos, consultores e advogados, taxas de registro e demais gastos relacionados a oferta e totalizaram R\$53.041.

Em 31 de dezembro de 2020 o capital social é distribuído da seguinte forma:

	31/12/2020	
	Ações ordinárias	Total
Vivara Participações		
Acionistas controladores	141.834.856	141.834.856
Ações em circulação	94.362.913	94.362.913
Total	<u>236.197.769</u>	<u>236.197.769</u>

b) Política de distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos obedecerá às destinações de seu Estatuto Social e à Lei das Sociedades Anônimas, os quais contêm as seguintes destinações:

- 5% para reserva legal.
- Distribuição de dividendos mínimos obrigatórios, em percentual a ser definido em Assembleia Geral, entretanto, respeitando as regras previstas na legislação vigente (mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, após a constituição de reserva legal e a formação de reserva para contingências).
- Conforme artigo 33, parágrafo 4º do Estatuto Social da Companhia, o percentual remanescente do lucro líquido será destinado para a formação da "Reserva Estatutária de Lucros", que tem por objetivo reforçar o capital de giro da Companhia e o desenvolvimento de suas atividades.

Em 14 de dezembro de 2020 a Companhia recebeu de suas controladas e pagou aos acionistas o montante de R\$35.563 a título de Juros sobre o Capital Próprio com base lucros auferidos em 2019.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, o dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado é de R\$34.835.

Notas Explicativas**VIVARA**

Em 22 de dezembro de 2020 foi aprovado em reunião do Conselho de Administração da Companhia a distribuição aos acionistas a título de Juros sobre o Capital Próprio, o valor bruto de R\$25.000 (R\$22.354 líquido da retenção de IRRF conforme legislação vigente) com aviso aos acionistas divulgado na mesma data. O pagamento será efetuado em parcela única, até 15 (quinze) dias após a Assembleia Geral Ordinária (AGO) de 2021. Serão beneficiados os acionistas inscritos nos registros da sociedade em 29 de dezembro de 2020, passando as ações, a serem negociadas “ex-direito” aos Juros Sobre o Capital Próprio a partir do dia 30 de dezembro de 2020.

Em complemento a distribuição já divulgada, a Administração da Companhia propõe a distribuição a título de dividendos no montante total de R\$12.482. Terão direito a receber os dividendos a serem deliberados na AGO 2020, a ser realizada em primeira convocação em 30 de abril de 2021, os titulares de ações na data da referida assembleia. Assim, caso a AGO 2020 seja realizada em primeira convocação, as ações de emissão da Companhia, passarão a ser negociadas “ex-dividendos” a partir de 03 de maio de 2021.

	<u>Consolidado</u> <u>31/12/2020</u>
Lucro líquido do período	146.672
Absorção de prejuízos de períodos anteriores	-
Base de cálculo para Reserva Legal	146.672
Reserva Legal (5%)	(7.333)
Base de cálculo para dividendos	<u>139.339</u>
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	34.835
Distribuição de Juros sobre capital próprio líquido de IRRF	22.354
Distribuição complementar de dividendos	12.481

A Companhia receberá de suas controladas, até junho de 2021, o montante bruto de R\$18.000 (R\$15.300 líquido dos impostos) a título de Juros sobre o Capital Próprio referente aos lucros auferidos em 2020.

19. PARTES RELACIONADAS

Saldos	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
<u>Ativo</u>				
Tellerina	14.634	35.275	-	-
Conipa	25.878	25.500	-	-
Total	<u>40.512</u>	<u>60.775</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
<u>Circulante</u>	40.512	60.775	-	-
Total	<u>40.512</u>	<u>60.775</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
<u>Passivo</u>				
Etna Comércio de Móveis e Artigos para Decoração S.A.	-	-	-	88
Total	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>88</u>

Notas Explicativas**VIVARA**

Saldos	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
<u>Circulante</u>	-	-	-	88
<u>Total</u>	-	-	-	88

A Vivara Participações apresenta saldos a receber de suas controladas referente aos Juros sobre Capital Próprio distribuídos referente aos lucros auferidos em 2019 e 2020.

As operações com a coligada indireta, Etna Comércio de Móveis e Artigos para Decoração S.A. são decorrentes da sublocação de imóvel na cidade de São Paulo que abriga parte de atividades administrativas e de logística da Companhia. Esse contrato de locação está alocado em arrendamentos de direito de uso conforme nota explicativa nº 27. O montante total do arrendamento no exercício de 2020 foi de R\$576.

As controladas Conipa e Tellerina realizam operações entre si relacionadas a compra e venda de mercadorias e matérias-primas, cobrança de despesas administrativas através de Centro de Serviços Compartilhado e royalties relacionados aos direitos autorais do design de joias. Todas as empresas entre Conipa e Tellerina foram eliminadas para fins de consolidação e divulgação.

Os montantes das operações entre as empresas do Grupo Vivara estão demonstrados no quadro a seguir:

Saldos	01/01 a 31/12/2020		23/05 a 31/12/2019	
	TELLERINA	CONIPA	TELLERINA	CONIPA
<u>Operação</u>				
Vendas (Compras) de Mercadorias	(566.752)	566.752	(355.658)	355.658
Vendas (Compras) de Matérias-primas	50.292	(50.292)	-	-
Direitos autorais	82.571	(82.571)	42.557	(42.557)
Despesas administrativas com Centro de Serviços Compartilhado	4.774	(4.774)	-	-
<u>Total</u>	<u>(429.115)</u>	<u>429.115</u>	<u>(313.101)</u>	<u>313.101</u>

Em 30 de abril de 2020, em Assembleia Geral Ordinária, foi aprovado o limite de remuneração global dos administradores da Companhia para o exercício de 2020 em até R\$20.000, tendo sido pagos e provisionados os seguintes montantes em 31 de dezembro de 2020:

	Consolidado					
	31/12/2020			31/12/2019		
	Fixa	Variável	Total	Fixa	Variável	Total
Conselho de Administração	1.680	-	1.680	560	-	560
Diretores estatutários	7.019	1.370	8.389	2.456	13.470	15.926
<u>Total</u>	<u>8.699</u>	<u>1.370</u>	<u>10.069</u>	<u>3.016</u>	<u>13.470</u>	<u>16.486</u>

Notas Explicativas**VIVARA**

Conforme “Política de Remuneração” da Companhia, aprovada pelo Conselho de Administração e em Assembleia Geral Ordinária realizado em 15 de agosto de 2019, que tem como base a negociação individual com cada um desses membros, orientada entre outros fatores, por pesquisas salariais ao setor de varejo, são demonstrados a seguir os valores provisionados e pagos aos Diretores estatutários das subsidiárias e aos Diretores executivos:

	31/12/2020		Consolidado			
	Fixa	Variável	Total	Fixa	Variável	Total
Diretores executivos	4.659	1.146	5.805	3.125	10.801	13.926
Total	4.659	1.146	5.805	3.125	10.801	13.926

20. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**a) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	144.423	268.275	163.537	317.242
Alíquota nominal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota vigente	(49.104)	(91.214)	(55.602)	(107.863)
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre prejuízos fiscais e base negativa da CSLL, para os quais não foram registrados os impostos diferidos correspondentes	(4.863)	-	(4.863)	-
Diferenças permanentes:				
Resultado de equivalência patrimonial	53.836	91.606	-	(424)
Outras diferenças permanentes	2.249	14	(9.588)	4.303
Juros sobre o capital próprio a pagar	8.500	13.600	8.500	13.600
Juros sobre o capital próprio a receber	(8.369)	(24.310)	-	-
Incentivo fiscal - lucro da exploração	-	-	23.887	15.510
Incentivo fiscal - crédito presumido ICMS	-	-	20.803	15.603
Total	2.249	(10.304)	(16.864)	(59.271)
Correntes	2.249	(10.304)	(17.625)	(60.151)
Diferidos	-	-	761	880
Total	2.249	(10.304)	(16.864)	(59.271)

Notas Explicativas**VIVARA**

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

	Consolidado		Consolidado
	31/12/2020		31/12/2019
	<u>Base IRPJ</u>	<u>Base CSLL</u>	
Impostos diferidos ativos sobre diferenças temporárias:			
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	991	991	769
Provisão para perdas dos estoques	6.272	6.272	5.381
Provisão despesas	60.132	65.957	58.509
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	24.636	24.636	15.234
Arrendamentos Direito de Uso	27.107	27.107	-
Prejuízo fiscal ou Base negativa de CSLL	78.457	79.843	79.519
Base de cálculo imposto diferido(*)	197.595	204.806	159.412
		<u>49.398</u>	<u>39.853</u>
Imposto de renda diferido ativo (25%)		<u>18.433</u>	<u>14.347</u>
Contribuição social diferida ativa (9%)			
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos		<u>67.831</u>	<u>54.200</u>

(*) A diferença entre a base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social está relacionada com as provisões e pagamentos de bônus aos diretores estatutários, sendo que essa despesa é indedutível na apuração do imposto de renda.

c) Realização esperada de imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos foram constituídos em decorrência de estudos preparados pela Administração quanto à geração de lucros tributáveis futuros que possibilitem a realização total desses valores nos próximos anos, além da expectativa de realização das diferenças temporárias dedutíveis, conforme indicado a seguir:

Em 31 de dezembro de 2020	Consolidado
	Valor
Até 1 ano	7.456
De 1 a 2 anos	7.977
De 2 a 3 anos	7.778
De 3 a 5 anos	16.141
Acima de 5 anos	28.479
Total	<u>67.831</u>

Notas Explicativas**VIVARA****21. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS DE MERCADORIAS E SERVIÇOS PRESTADOS**

	<u>Consolidado</u> 01/01/2020 a 31/12/2020	<u>Consolidado</u> 23/05/2019 a 31/12/2019
Receita bruta de vendas de mercadorias	1.573.485	1.136.150
Receita bruta de serviços prestados	3.904	3.988
Deduções da receita bruta:		
ICMS	(172.766)	(132.441)
COFINS	(89.921)	(62.113)
PIS	(19.531)	(14.104)
FTI (*)	(8.218)	(4.619)
ISS	(159)	(199)
Devoluções de vendas/trocas	(239.247)	(176.995)
Total	<u>1.047.547</u>	<u>749.667</u>

Os valores de ICMS estão líquidos do incentivo fiscal da mesma natureza citado na nota explicativa nº 9 no montante de R\$61.186 em 31 de dezembro de 2020 (R\$45.892 em 31 de dezembro de 2019).

(*) O Fundo de Fomento ao Turismo, Infraestrutura, Serviço e Interiorização do Desenvolvimento do Estado do Amazonas "F.T.I." é um tributo estadual devido pela Conipa em suas vendas de produtos industrializados na Zona Franca de Manaus para os demais Estados da Federação.

22. DESPESAS POR NATUREZA

O Grupo Vivara apresenta a demonstração do resultado utilizando a classificação das despesas com base na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

a) Custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados

	<u>Consolidado</u> 01/01/2020 a 31/12/2020	<u>Consolidado</u> 23/05/2019 a 31/12/2019
Custo de aquisição de mercadorias e matérias-primas e produtos para revenda	(304.502)	(200.174)
Pessoal	(20.286)	(13.258)
Aluguéis e condomínios	-	10
Depreciação e amortização	(2.524)	(939)
Energia, água e telefone	(659)	(364)
Fretes	(2.093)	(1.144)
	<u>(330.064)</u>	<u>(215.869)</u>

Notas Explicativas**VIVARA**

b) Despesas com vendas

	<u>Consolidado</u> 01/01/2020 a 31/12/2020	<u>Consolidado</u> 23/05/2019 a 31/12/2019
Pessoal	(158.850)	(111.763)
Fretes	(26.541)	(14.376)
Despesas de marketing/vendas	(63.629)	(33.671)
Serviços profissionais contratados	(9.917)	(7.959)
Aluguéis variáveis e condomínios	(35.268)	(28.651)
Descontos sobre arrendamentos	16.491	-
Depreciação e amortização	(33.616)	-
Comissão sobre cartões	(22.155)	(15.941)
Energia, água e telefone	(4.276)	(3.516)
Outras despesas por natureza	(27.535)	(8.271)
	<u>(365.296)</u>	<u>(224.148)</u>

c) Despesas gerais e administrativas

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	01/01/2020 a 31/12/2020	23/05/2019 a 31/12/2019	01/01/2020 a 31/12/2020	23/05/2019 a 31/12/2019
Pessoal	(2.071)	(948)	(55.685)	(50.742)
Serviços profissionais contratados	(1.199)	(72)	(49.241)	(24.183)
Aluguéis e condomínios	-	-	(728)	(76)
Energia, água e telefone	-	-	(1.094)	(1.039)
Depreciação e amortização	-	-	(22.132)	(28.194)
Outras despesas por natureza	(9.773)	(144)	(24.796)	(17.164)
	<u>(13.043)</u>	<u>(1.164)</u>	<u>(153.676)</u>	<u>(121.398)</u>

23. INFORMAÇÕES SOBRE OS SEGMENTOS

O Grupo possui apenas um segmento operacional definido como varejo. O Grupo está organizado, e tem o seu desempenho avaliado, como uma única unidade de negócios para fins comerciais e gerenciais. As informações são apresentadas de forma consistente para o principal tomador de decisões do Grupo que é o CEO, responsável pela alocação de recursos e avaliação das operações.

Essa visão está baseada nos seguintes fatores:

- A produção da unidade fabril atende substancialmente as lojas de varejo do Grupo, vendas digitais e as vendas no canal B2B.
- As decisões estratégicas do Grupo estão embasadas:
 - Na busca por insumos certificados e de notável qualidade, além de novas tecnologias para a linha de produção.
 - Estudos que apontam oportunidades de expansão, tendências do mercado joalheiro e de moda internacional e de canais de distribuição.

Notas Explicativas

VIVARA

- As avaliações de receitas obtidas pelo Grupo são feitas por categoria e canal de vendas.

Notas Explicativas**VIVARA**

Os produtos do Grupo são controlados e gerenciados pela Administração como um único segmento de negócio. São distribuídos por categoria e canais de venda diferentes, no entanto, o CEO, avalia o desempenho total do Grupo, o resultado comercial, gerencial e administrativo, considerando que toda a estrutura de custos e despesas é compartilhada por todas as categorias de produtos.

Para fins gerenciais a Administração acompanha a receita bruta consolidada por categoria e canal de venda, conforme demonstrado a seguir:

	<u>Consolidado</u> 01/01/2020 a 31/12/2020	<u>Consolidado</u> 23/05/2019 a 31/12/2019
Receita bruta, menos devoluções		
Joias	692.382	489.239
Life	399.872	286.736
Relógios	201.671	155.128
Acessórios	40.313	28.051
Serviços	3.904	3.988
Total	<u>1.338.142</u>	<u>963.142</u>
Lojas	1.016.160	882.510
Vendas digitais	309.515	71.173
Outros	12.467	9.459
Total	<u>1.338.142</u>	<u>963.142</u>

24. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

	<u>Controladora</u> 01/01/2020 a 31/12/2020	<u>Consolidado</u> 01/01/2020 a 31/12/2020	<u>Consolidado</u> 23/05/2019 a 31/12/2019
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários (a)	-	(11.345)	(284)
Perdas esperadas de crédito	-	(222)	(36)
Créditos tributários (b)	-	17.149	103.658
Baixa de bens do ativo imobilizado	-	(1.361)	227
Outras receitas	635	2.346	1.007
Total	<u>635</u>	<u>6.567</u>	<u>104.758</u>

a) Contingências conforme mencionado na nota explicativa nº 17.

b) Créditos de PIS e COFINS conforme mencionado na nota explicativa nº 9.

Notas Explicativas**VIVARA****25. RECEITAS FINANCEIRAS**

	<u>Controladora</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>	<u>Consolidado</u>
	01/01/2020 a	23/05/2019 a	01/01/2020 a	23/05/2019 a
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Rendimento de				
aplicações financeiras	35	11	14.580	4.320
Correção monetária (a)	57	-	5.228	58.944
Descontos obtidos	-	-	49	-
Variação cambial ativa	-	-	1.385	-
Outras receitas financeiras	-	-	2.390	1.445
Total	92	11	23.632	64.709

(a) refere-se substancialmente à atualização monetária dos créditos de PIS e COFINS conforme mencionada na nota explicativa nº 9.

26. DESPESAS FINANCEIRAS

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	01/01/2020 a	23/05/2019 a	01/01/2020 a	23/05/2019 a
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Juros sobre empréstimos e financiamentos	-	-	(14.446)	(11.973)
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	-	-	(41.659)	-
Encargos financeiros instrumentos derivativos	-	-	35.950	-
Encargos sobre arrendamentos de direito de uso	-	-	(29.641)	(14.443)
Imposto sobre Operações Financeiras – IOF	(1)	-	(328)	(839)
Encargos sobre antecipações de recebíveis de operadoras de cartão de crédito	-	-	-	(2.591)
Tarifas bancárias	(2)	-	(1.318)	(1.981)
Juros e multas sobre impostos e obrigações acessórias	(1.594)	-	(2.473)	(1.852)
Variação cambial passiva	-	-	(7.613)	(3.012)
Outras despesas financeiras	(4)	(1)	(3.646)	(3.698)
Total	(1.601)	(1)	(65.174)	(40.389)

27. LUCRO POR AÇÃO

O quadro a seguir apresenta a determinação do lucro líquido disponível aos detentores de ações e a média ponderada das ações em circulação utilizada para calcular o lucro básico e diluído. O Grupo não possui transações que afetem a diluição do lucro.

	<u>Controladora e</u>	<u>Controladora e</u>
	<u>Consolidado</u>	<u>Consolidado</u>
	01/01/2020 a	23/05/2019 a
	31/12/2020	31/12/2019
Lucro líquido do exercício	146.672	257.971
Denominador básico:		
Média ponderada do número de ações em circulação no período	236.197.769	224.282.216
Lucro por ação - básico e diluído (*) (em R\$)	0,62097	1,15021

(*) Não existem instrumentos patrimoniais que diluam o lucro do exercício.

Notas Explicativas**VIVARA****28. ARRENDAMENTOS DIREITO DE USO**

Em 31 de dezembro de 2020, o Grupo possuía 272 (258 em 31 de dezembro de 2019) contratos de locação de lojas, quiosques, fábrica e centro administrativo firmados com terceiros. Deste total, 78 (80 em 31 de dezembro de 2019) contratos se enquadraram nos critérios de isenção de reconhecimento do direito de uso e foram classificados como arrendamento operacional.

Os aluguéis variáveis, de contratos de curto prazo ou de baixo valor que não foram reconhecidos como direito de uso do período estão registrados na rubrica "Aluguéis e condomínios" demonstrada na nota explicativa nº 22, totalizam R\$13.194 (R\$12.563 em 31 de dezembro de 2019).

A Companhia chegou às suas taxas de desconto, com base na taxa referencial BM&FBovespa da DIxpré, 252 dias úteis, obtida na B3, para a data base da adoção inicial (taxa de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro), para os prazos de seus contratos, ajustadas à realidade da Companhia ("spread" de crédito). Os "spreads" foram obtidos por meio de sondagens junto aos principais bancos com os quais a Companhia mantém operações de dívida.

Os 194 contratos de locação, classificados como arrendamento de direito de uso, possuem prazos de vencimentos entre 4 e 10 anos e a taxa média ponderada de desconto no período é de 11,50% ao ano.

A tabela abaixo evidencia as taxas de desconto e de inflação futura praticadas, vis-à-vis os prazos de contratos:

Contratos por prazo e taxa de desconto			Taxa média de inflação futura
Prazo dos contratos	Qtd. contratos	Taxa de desconto	
4 anos	1	10,09%	4,11%
5 anos	13	10,67%	4,08%
6 anos	38	11,05%	4,08%
7 anos	16	11,36%	4,12%
8 anos	30	11,55%	4,13%
9 anos	49	11,72%	4,15%
10 anos	47	11,88%	4,16%
Total	194		

Os saldos e a movimentação dos passivos de arrendamentos de direito de uso no período são:

	Consolidado 01/01/2020 a 31/12/2020	Consolidado 23/05/2019 a 31/12/2019
Saldo no início do período	249.400	226.936
Adição de novos contratos	16.127	16.730
Remensuração	27.517	22.658
Baixas do exercício	(424)	-
Encargos financeiros apropriados	29.641	14.443
Descontos arrendamento	(16.491)	-
Pagamentos de juros	(18.002)	-
Pagamentos de principal	(12.540)	(31.368)
Saldo no final do período	275.228	249.400
Passivo circulante	39.955	24.119
Passivo não circulante	235.273	225.281
Total	275.228	249.400

Notas Explicativas**VIVARA**

Conforme requeridos pelo CPC 06 (R2)/IFRS 16, a Companhia apresenta no quadro abaixo a análise de maturidade de seus contratos, prestações não descontadas, conciliadas com saldo no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020:

Maturidade dos contratos	Consolidado 31/12/2020	Consolidado 31/12/2019
Vencimento das prestações:		
2020	-	43.452
2021	68.729	43.452
2022	59.891	43.452
2023	59.207	43.364
2024	57.936	42.808
2025 em diante	143.218	105.684
Total das parcelas não descontadas	388.981	322.212
Juros embutidos	(113.753)	(72.812)
Saldo passivo de arrendamentos de direito de uso	275.228	249.400

Em 31 de dezembro de 2020, o potencial crédito de PIS e COFINS sobre o fluxo contratual bruto é de R\$35.981 e trazido a valor presente pelo prazo médio ponderado é de R\$25.459.

A movimentação dos saldos do ativo de direito de uso é evidenciada no quadro abaixo:

	Consolidado 01/01/2020 a 31/12/2020	Consolidado 23/05/2019 a 31/12/2019
Saldo no início do período	274.996	232.817
Adição de novos contratos	16.127	16.730
Remensuração	27.517	22.658
Baixas do exercício	(550)	-
Custos diretos - pontos comerciais	2.352	2.791
Saldo no final do período	320.442	274.996
Despesa de amortização do período	(36.866)	(19.254)

A Companhia, em plena conformidade com o CPC 06 (R2)/IFRS 16, na mensuração e na remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, procedeu ao uso da técnica de fluxo de caixa descontado considerando a taxa nominal e sem considerar os efeitos de inflação futura projetada, nos fluxos descontados.

Assim, dada a realidade atual das taxas de juros de longo prazo no ambiente econômico brasileiro, para resguardar a representação fidedigna da informação e para atender orientação das áreas técnicas da CVM, a Companhia calculou os valores considerando inflação futura projetada, usando como parâmetro a inflação média entre a taxa CDI x IPCA obtida no site da B3, data base 02 janeiro de 2021, mais próxima a data de fechamento do balanço.

Notas Explicativas**VIVARA**

Apresentamos a seguir os saldos comparativos entre os valores calculados de acordo com o CPC 06 (R2)/IFRS 16 e o cenário com inflação projetada, para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020:

<u>Análise do impacto das diferenças</u>	<u>Saldo do passivo de arrendamento</u>	
	<u>IFRS 16</u>	<u>Ofício CVM</u>
2021	234.638	245.125
2022	198.990	216.420
2023	159.995	181.093
2024	117.851	138.874
2025	80.297	98.483
2026	50.547	64.524
2027	24.159	32.109
2028	7.164	9.915
2029	157	226
	<u>Despesas financeiras</u>	
	<u>IFRS 16</u>	<u>Ofício CVM</u>
2021	(27.871)	(28.420)
2022	(24.243)	(25.780)
2023	(20.212)	(22.367)
2024	(15.792)	(18.183)
2025	(11.245)	(13.475)
2026	(7.581)	(9.453)
2027	(4.369)	(5.665)
2028	(1.804)	(2.430)
2029	(366)	(512)
2030	(2)	(3)

Notas Explicativas

VIVARA

	Direito de uso líquido	
	IFRS 16	Ofício CVM
2021	208.533	218.648
2022	169.013	185.314
2023	130.135	149.227
2024	92.152	110.376
2025	59.794	75.374
2026	36.389	47.998
2027	17.038	23.249
2028	5.131	7.206
2029	96	156

	Despesas de Depreciação	
	IFRS 16	Ofício CVM
2021	(39.520)	(40.673)
2022	(39.520)	(42.700)
2023	(38.878)	(44.077)
2024	(37.983)	(45.325)
2025	(32.358)	(39.633)
2026	(23.404)	(30.624)
2027	(19.351)	(26.550)
2028	(11.907)	(16.871)
2029	(5.035)	(7.138)
2030	(96)	(158)

29. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Categorias de instrumentos financeiros

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
<u>Ativos financeiros</u>				
Custo amortizado:				
Caixa e equivalentes de caixa	224	8.239	477.319	435.844
Contas a receber	-	-	410.263	425.833
Contas a receber - partes relacionadas	40.512	-	-	-
Subtotal	40.736	8.239	940.782	861.677
Valor justo por meio de resultado:				
Títulos e valores mobiliários	-	-	224.602	-
Instrumentos derivativos	-	-	11.767	9.511
Total ativos financeiros	40.736	8.239	1.123.951	871.188
<u>Passivos financeiros</u>				
Custo amortizado:				
Fornecedores	-	-	53.029	36.421
Fornecedores – Convênio	-	-	169	-
Juros sobre o Capital Próprio a pagar	22.353	8.124	22.353	8.124
Dividendos a pagar	12.482	-	12.482	-
Arrendamentos direito de uso a pagar	-	-	275.228	249.400
Empréstimos e financiamentos	-	-	390.321	270.354
Total passivos financeiros	34.835	8.124	753.582	564.299

Notas Explicativas**VIVARA**

b) Riscos financeiros

As atividades da Companhia e de suas controladas as expõem a diversos riscos financeiros: de mercado (câmbio e juros), de crédito e de liquidez. A gestão de riscos da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro.

c) Gestão do risco de taxa de câmbio

Em virtude de obrigações financeiras assumidas pela Companhia, denominadas em dólares norte-americanos, foi implementada uma política de proteção cambial que estabelece níveis de exposição vinculados a esse risco, em que são contratadas operações com instrumentos financeiros derivativos do tipo “swap”.

A exposição cambial líquida da Companhia está demonstrada a seguir:

Tipo de operação	Consolidado			
	31/12/2020			
	Instituição Financeira	Valor da Dívida	Instrumento derivativo	Exposição líquida
Resolução 4131	Banco Itaú	51.236	(52.919)	(1.683)
Resolução 4131	Banco Itaú	51.494	(61.578)	(10.084)
Total de empréstimos e financiamentos		102.730	(114.497)	(11.767)
Fornecedores estrangeiros (*)	-	10.830		10.830
Total da exposição cambial		113.560	(114.497)	(937)
Cotação dólar balanço		5,1967	5,1967	5,1967
Total da exposição em dólares		21.852	(22.033)	(181)

(*) As controladas da Companhia importam de fornecedores estrangeiros mercadorias, matérias-primas e insumos para fabricação e comercialização. Essas compras são substancialmente denominadas em dólares norte-americanos e estão expostas a variação do câmbio.

c.1) Instrumentos derivativos

A Companhia contratou operações de “swap” com o objetivo de minimizar o risco de exposição cambial gerado pelos empréstimos e financiamentos denominados em moeda estrangeira. Essas operações consistem na troca da variação cambial por uma correção relacionada a um percentual da variação do CDI.

Notas Explicativas**VIVARA**

As operações de “swap” em aberto em 31 de dezembro de 2020 estão demonstradas a seguir:

Descrição	Taxas	Consolidado		Efeito acumulado até 31/12/2020 mercado a mercado -
		Valor de referência (nocial)	Valor justo	
<u>Contratos de “swap”</u>				
Posição ativa:				
Varição cambial - US\$	US\$ 3,4% a.a.	51.236	52.919	1.683
Posição passiva:				
	CDI + 0,9% a.a.	51.236	51.236	-
Valor líquido a receber				<u>1.683</u>
<u>Contratos de “swap”</u>				
Posição ativa:				
	US\$ 2,29% a.a.	51.494	61.578	10.084
Posição passiva:				
Varição do CDI	CDI + 1% a.a.	51.494	51.494	-
Valor líquido a receber				<u>10.084</u>
Total geral do valor líquido a receber				<u>11.767</u>

O saldo ativo de R\$11.767 refere-se ao ajuste líquido a receber, calculado a valor de mercado em 31 de dezembro de 2020, dos instrumentos financeiros derivativos em aberto naquela data, registrado na rubrica “Instrumentos derivativos”.

d) Análise de sensibilidade

Risco de câmbio

Para análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, a Administração entende que há necessidade de considerar somente o passivo com fornecedores estrangeiros que não está protegido do risco cambial, já que não possui instrumentos derivativos equivalentes registrados no balanço patrimonial. A exposição cambial dessas operações está demonstrada no quadro a seguir:

Total da exposição cambial em moeda nacional	<u>10.830</u>
Total da exposição cambial em moeda estrangeira	<u>2.084</u>

Assim, para a análise de sensibilidade está sendo aplicado somente o montante de R\$10.830, resultado das considerações explicitadas anteriormente. A taxa de câmbio do dólar norte-americano, no fechamento das demonstrações financeiras, foi de R\$5,1967.

Para mensurar o impacto líquido estimado no resultado dos próximos 12 meses decorrente dos riscos de flutuação de moeda estrangeira, foi elaborada análise de sensibilidade ao risco da taxa de câmbio dos empréstimos em três cenários.

Notas Explicativas**VIVARA**

No cenário I foi definida a taxa de câmbio de R\$5,4488 com base na cotação do dólar norte-americano futuro negociado na B3, limitado a 12 meses. Nos cenários II e III foram projetados a 25% e 50% respectivamente a valorização do dólar norte-americano, sendo essa valorização razoável na avaliação e expectativa da Companhia.

Risco do Grupo	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Valor nocional da exposição líquida (em moeda estrangeira)	2.084	2.084	2.084
Valor nocional da exposição líquida (em moeda local)	10.830	10.830	10.830
Valor projetado (em moeda local)	11.355	14.194	7.032
Impacto da variação cambial	525	3.364	6.203
Taxa do dólar norte-americano	5,4488	6,8110	8,1732

Risco de taxa de juros

Considerando que em 31 de dezembro de 2020 a totalidade dos empréstimos e financiamentos denominados em moeda estrangeira possuem contratos de “swap”, trocando a indexação do passivo de moeda estrangeira para a variação do CDI, devido à política do Grupo de proteção de riscos cambiais, o risco passa a ser a exposição à variação do CDI. A seguir, está apresentada a exposição a risco de juros das operações vinculadas à variação do CDI:

	<u>Consolidado</u>
Total dos empréstimos e financiamentos expostos ao CDI	390.321

A Administração considera um baixo risco de grandes variações no CDI em 2021, entretanto na análise de sensibilidade para o risco de aumento na taxa CDI que afetaria as despesas financeiras, foram considerados dois cenários projetados, com aumento de 20% e 45% da taxa do CDI respectivamente, tendo como base a projeção da Selic ao final de 2021 em 4%, conforme relatório Focus do Banco Central do Brasil de 19 de fevereiro de 2021.

Risco do Grupo	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Financiamentos expostos a variação do CDI	390.321	390.321	390.321
Valor projetado	390.321	392.473	395,165
Impacto da variação do CDI	-	2.152	4.844
Taxa do CDI	2,76%	3,31%	4,00%

e) Gestão de risco de crédito

As vendas são efetuadas para um grande número de clientes e substancialmente recebidas por cartões de crédito e débito, sendo o risco de crédito minimizado.

f) Gestão de risco de liquidez

A gestão prudente do risco de liquidez implica manter disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado. A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez do Grupo para assegurar que haja caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

Notas Explicativas**VIVARA**

A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros contratados:

<u>Operação</u>	<u>Até 1 ano</u>	<u>Até 2 anos</u>	<u>De 2 a 5 anos</u>	<u>Acima de 5 anos</u>	<u>Total</u>
Fornecedores	53.029	-	-	-	53.029
Fornecedores convênio	169	-	-	-	169
Juros sobre Capital Próprio a pagar	22.353	-	-	-	22.353
Dividendos a pagar	9.431	-	-	-	9.431
Empréstimos e financiamentos	289.756	56.739	65.419	-	411.914
Arrendamentos direito de uso a pagar	68.729	59.891	165.943	94.419	388.982

g) Valor justos dos instrumentos financeiros

A Companhia utiliza, quando aplicável, o pronunciamento técnico CPC 40/IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer a divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

- Informações de Nível 1: são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais as controladas podem ter acesso na data de mensuração.
- Informações de Nível 2: são informações, que não os preços cotados incluídos no Nível 1, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente.
- Informações de Nível 3: são informações não observáveis para o ativo ou passivo.

Em 31 de dezembro de 2020, todos os instrumentos financeiros derivativos estavam agrupados no Nível 2, e todas as aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários estavam agrupados no Nível 1.

30. PAGAMENTO BASEADO EM AÇÕES

A Companhia aprovou em 18 de setembro de 2019 plano de remuneração baseado em ações ("Plano"), o qual possui os seguintes termos e condições:

(a) Termos e condições gerais

O Plano será administrado pelo Conselho de Administração.

Na medida em que for permitido por lei e pelo estatuto social da Companhia, o Conselho de Administração terá amplos poderes para tomar todas as medidas necessárias e adequadas para a administração do Plano, incluindo:

- A criação e a aplicação de normas gerais relativas à outorga de Opções, nos termos do Plano, a solução de dúvidas de interpretação do Plano.
- A eleição dos Participantes e a autorização para outorgar Opções em seu favor, estabelecendo todas as condições das Opções a serem outorgadas.
- A aprovação dos Contratos de Opção a serem celebrados entre a Companhia e cada um dos Participantes, observadas as determinações do Plano.
- A emissão de novas Ações dentro do limite do capital autorizado ou a autorização para alienação de Ações em tesouraria para satisfazer o exercício de Opções outorgadas, nos termos do Plano e da ICVM 567.

Notas Explicativas

No exercício de sua competência, o Conselho de Administração estará sujeito apenas aos limites estabelecidos em lei, na regulamentação da CVM e no Plano, ficando claro que o Conselho de Administração poderá tratar de maneira diferenciada os administradores e empregados da Companhia ou outras sociedades sob o seu controle que se encontrem em situação similar, não estando obrigado, por qualquer regra de isonomia ou analogia, a estender a todos as condições que entenda aplicável apenas a algum ou alguns a seu exclusivo critério. O Conselho de Administração poderá, ainda, estabelecer tratamento especial para casos excepcionais durante a eficácia de cada direito de Opção, desde que não sejam afetados os direitos já concedidos aos Participantes nem os princípios básicos do Plano. Tal disciplina excepcional não constituirá precedente invocável por outros Participantes.

As deliberações do Conselho de Administração têm força vinculante para a Companhia relativamente a todas as matérias relacionadas com o Plano.

Até 31 de dezembro de 2020 não houve outorga de ações aos beneficiários.

31. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, levando em consideração a natureza de sua atividade e a orientação de seus consultores de seguros. A cobertura de seguros, em valores, em 31 de dezembro de 2020, é assim demonstrada:

- Danos materiais estoque - R\$187.595 (vigente até fevereiro de 2021).
- Danos patrimoniais e frotas - R\$17.530 (vigente até abril de 2021).

32. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em reunião realizada em 04 de fevereiro de 2021, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a eleição do Sr. Paulo Kruglensky como novo Diretor Presidente da Companhia, em vista da renúncia apresentada pelo Sr. Márcio Monteiro Kaufman.

A Companhia, através do Comitê de Contingência, formado por membros da diretoria executiva e líderes de diversas áreas, vem acompanhando os desdobramentos relacionados à pandemia da COVID-19. Com o avanço dos indicadores de contaminação, aceleração no número de novos casos e óbitos relacionados à COVID-19, e consequente aumento nos decretos estaduais e municipais de restrição de fluxo e fechamento de shoppings e atividades comerciais, informamos que, até a data da emissão dessas demonstrações financeiras, 160 lojas encontram-se fechadas, operando apenas com as opções de drive thru, quando permitido, bem como com as vendas digitais, que inclui as vendas diretas do Projeto Joias em Ação.

É importante ressaltar que o tempo de duração da situação de reclusão da população em suas casas, além do alcance e intensidade dessa segunda onda nas diferentes regiões do país, fazem com que, nesse momento, a Companhia não tenha uma estimativa dos impactos do COVID-19 sobre seus resultados em períodos subsequentes.

Pareceres E Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas e Administradores da Vivara Participações S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Vivara Participações S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Vivara Participações S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria ("PAA") são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Registro dos efeitos da adoção do pronunciamento técnico CPC 06 (R2)/IFRS 16 –

Arrendamentos

Porque é um PAA

Conforme descrito na nota explicativa nº 28, as controladas da Companhia possuem compromissos decorrentes de contratos de arrendamento operacional e, a partir de 1º de janeiro de 2019, passaram a ser requeridas a contabilizar essas operações de acordo com o pronunciamento técnico CPC 06 (R2)/IFRS 16 – Arrendamentos. Esse novo pronunciamento técnico introduziu aspectos contábeis complexos para a mensuração do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento.

Esse tema foi considerado significativo em nossa auditoria, pois: (i) após a adoção inicial, em 2019, houve aumento substancial da necessidade de controle e monitoramento das operações pela Administração, assim como esforços consideráveis da auditoria para conclusão dos procedimentos planejados, principalmente para os novos contratos de arrendamento efetuados para as lojas abertas pela Companhia durante o ano e remensuração dos contratos com base nos termos contratuais de cada contrato. Adicionalmente, em decorrência da pandemia global do COVID-19, o IASB emitiu uma alteração ao IFRS 16, o qual foi aprovado pela Deliberação CVM 859, que estabelece expediente prático para arrendatários na contabilização de concessões de descontos sobre aluguel ocorridas como resultado direto da COVID-19.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) a discussão sobre os critérios utilizados para identificação e classificação dos contratos de arrendamento mercantil, prazos desses arrendamentos e taxas de desconto utilizadas; (ii) avaliação do desenho e implementação controles implementados para identificar os novos contratos e alterações dos contratos vigentes, como também as renegociações efetuadas devido à pandemia da COVID-19; e (iii) o teste documental por meio de amostragem dos contratos de arrendamento operacional, base para o cálculo, e adequação dos fluxos de arrendamento e critérios de cálculo para determinar os efeitos nas demonstrações financeiras e (iv) análise das classificações e adequada divulgação nas demonstrações financeiras da Companhia.

Como resultado da execução desses procedimentos, foram identificadas deficiências no controle interno relacionadas aos processos de monitoramento e atualização dos arrendamentos financeiros e ajustes propostos a Companhia que alteraram nossa avaliação quanto à natureza, época e extensão de nossos procedimentos substantivos inicialmente planejados.

Com base nas evidências obtidas por meio de nossos procedimentos anteriormente descritos, consideramos que a apuração e os critérios para avaliação dos efeitos de adoção do pronunciamento técnico CPC 06 (R2)/IFRS 16, sua contabilização e as respectivas divulgações em notas explicativas são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (“DVA”) referentes ao exercício findo em

31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 -

Demonstração do Valor Adicionado.

Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o

Relatório da Administração, obtido antes da data deste relatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a

Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 17 de março de 2021

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes

CRC nº 2 SP 011609/O-8

Marcelo de Figueiredo Seixas

Contador

CRC nº 1 PR 045179/O-9

Pareceres E Declarações / Parecer ou Relatório Resumido, se Houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou Não)

RELATÓRIO RESUMIDO DO COMITÊ DE AUDITORIA, RISCOS E FINANÇAS

Introdução:

Em conformidade com o art. 17, parágrafo 5º do Estatuto Social da Vivara Participações S.A. ("Vivara"), o Conselho de Administração, em 15 de agosto de 2019, aprovou a criação do Comitê de Auditoria, Riscos e Finanças ("Comitê de Auditoria"), na qualidade de órgão de assessoramento voltado ao melhor desempenho de suas funções.

O Comitê de Auditoria, órgão de assessoramento vinculado diretamente ao Conselho de Administração, é composto por, no mínimo 3 (três) membros, dos quais ao menos 1 (um) deve ser membro independente, conforme critérios do Regulamento do Novo Mercado e ao menos 1 (um) membro deve ter reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária, nomeados anualmente na primeira reunião do Conselho de Administração após a Assembleia Geral Ordinária.

O Comitê de Auditoria da Vivara encontra-se atualmente composto por 3 (três) membros sendo 1 (um) membro da Companhia, este último o especialista financeiro, eleitos em 11 de novembro de 2020:

- (i) Simone Vilmsons | Coordenadora do Comitê de Auditoria (especialista financeiro);
- (ii) Fábio José Silva Coelho | Membro Independente do Comitê de Auditoria; e
- (iii) João Cox Neto | Membro do Comitê de Auditoria.

Objetivo:

O presente relatório tem como objetivo divulgar, de forma resumida, as atividades desempenhadas pelo Comitê de Auditoria, contemplando as reuniões realizadas e os principais assuntos discutidos, destacando-se as eventuais recomendações feitas pelo Comitê de Auditoria, em atendimento ao Regulamento do Novo Mercado e ao item 2.2.1 do Regimento Interno do Comitê de Auditoria.

Principais atividades realizadas:

No período compreendido entre 01 de janeiro de 2020 e 11 de março de 2021, o Comitê de Auditoria reuniu-se formalmente nas seguintes datas: 16 de março de 2020, 05 de maio de 2020, 17 de agosto de 2020 e 29 de outubro de 2020.

Na qualidade de órgão de assessoramento ao Conselho de Administração, as decisões do Comitê de Auditoria constituem recomendações não vinculativas ao Conselho de Administração, sendo que tais recomendações devem ser acompanhadas pela análise que suporte tal decisão.

Temas discutidos pelo Comitê de Auditoria:

- Apreciação do planejamento dos trabalhos de auditoria interna para o exercício de 2020;
- Apreciação do planejamento das atividades de gestão de riscos da Companhia para o exercício de 2020;
- Apreciação da Política Financeira e da Política de Lavagem de Dinheiro;
- Plano de Expansão para 2021;
- Orçamento 2021;
- Acompanhamento da atuação dos auditores independentes na auditoria das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020;
- Acompanhamento do processo de elaboração das demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards – IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB;
- Apreciação das informações financeiras do trimestrais do exercício de 2020;
- Apreciação das demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020.

Auditoria Independente:

Os auditores independentes (Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes) apresentaram o Plano de Auditoria elaborado para 2021 e as principais conclusões sobre os trabalhos findos em 31 de dezembro de 2020.

Ressalta-se que o Comitê de Auditoria procedeu a avaliação formal da auditoria independente com a conclusão satisfatória, inclusive com a sua independência, não tendo sido identificada nenhuma situação que pudesse afetar a objetividade e independência da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes com relação à Vivara.

O Comitê de Auditoria registra, ainda, que não foi identificada nenhuma situação de divergência significativa entre a Administração da Vivara, a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes e o próprio Comitê de Auditoria em relação às demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020.

Conclusões:

Ponderadas devidamente as responsabilidades e as limitações naturais decorrentes do alcance da sua atuação, o Comitê de Auditoria julga que todos os temas relevantes que lhe foram dados a conhecer pelos trabalhos efetuados e descritos neste relatório estão adequadamente divulgados no Relatório da Administração e nas demonstrações financeiras auditadas relativas a 31 de dezembro de 2020, recomendando, assim, sua aprovação pelo Conselho de Administração.

São Paulo, 11 de março de 2021.

Simone Vilmsom Tcheu – Coordenadora do Comitê, especialista financeiro e Diretora de controladoria da Companhia

João Cox Neto

Fábio José Silva Coelho

Pareceres E Declarações / Declaração Dos Diretores Sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaramos, na qualidade de diretores da VIVARA PARTICIPAÇÕES S.A., com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 15º andar, Torre A, conjunto comercial nº 152, Chácara Santo Antônio, CEP 04711-904, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.839.910/0001-11, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, nos termos e para fins do parágrafo 1º, inciso V do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada.

São Paulo, 17 de março de 2021.

Paulo Kruglensky – Diretor Presidente

Otávio Chacon do Amaral Lyra – Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Carla Rosana Shrott Sauer – Diretora de Recursos Humanos

Marina Kaufman Bueno Neto – Diretora de Marketing

Pareceres E Declarações / Declaração Dos Diretores Sobre O Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Declaramos, na qualidade de diretores da VIVARA PARTICIPAÇÕES S.A., com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 15º andar, Torre A, conjunto comercial nº 152, Chácara Santo Antônio, CEP 04711-904, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.839.910/0001-11, que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes, referente às demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, nos termos e para fins do parágrafo 1º, inciso V do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada.

São Paulo, 17 de março de 2021.

Paulo Kruglensky – Diretor Presidente

Otávio Chacon do Amaral Lyra – Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Carla Rosana Shrott Sauer – Diretora de Recursos Humanos

Marina Kaufman Bueno Neto – Diretora de Marketing